

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais

Giovana Bravo de Castro

Reinventando o imaginário santista: Memórias silenciadas

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo
2025

Giovana Bravo de Castro

Reinventando o imaginário santista: Memórias silenciadas

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentada à banca examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de bacharel em Ciências
Sociais, sob a orientação da prof.(a), dr.(a)
– Eliane Hojaij Gouveia.

São Paulo

2025

Castro, Giovana Bravo
Reinventando o imaginário santista: Memórias silenciadas. /
Giovana Bravo Castro. -- São Paulo: [s.n.], 2025.
73p. il. ; 0 cm.

Orientador: Eliane Hojaij Gouveia.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Ciências
Sociais, 2025.

1. MEMÓRIAS ÀS MARGENS . 2. MEMÓRIA ÀS MARGENS DA HISTÓRIA
SANTISTA: UMA RETOMADA HISTÓRICA. 3. MEMÓRIAS DO TRABALHO
FEMININO NO PORTO DE SANTOS E SEUS ARREDORES. I. Gouveia,
Eliane Hojaij . II. Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso para Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio
permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Eliane Hojaj Gouveia pelo incentivo de me tornar pesquisadora, parte fundamental na realização dessa tese dando a ela um teor próprio.

Aos meus pais, Katty e Roberto, pelo apoio emocional e material nessa jornada acadêmica, escolhida pela esperança que minha mãe demonstrou ter no mundo e pela realidade concreta, por vezes dura, que meu pai insistia que soubesse. Antes mesmo da Ciências Sociais, meus pais me apresentavam o mundo em suas nuances e contradições.

Ao meu namorado, Pedro, por ter me acompanhado nas inúmeras idas à campo, tanto quanto ter demonstrado interesse naquilo que pesquisava. Sem dúvidas, o amor é prática diária. Há gestos que demonstram esse amor e acreditar na minha pesquisa e em mim enquanto pesquisadora, foi fundamental para que eu o admirasse ainda mais.

Ao meu grande amigo de faculdade, Richard, por demonstrar na prática que a coletividade nos atravessa, porque as possibilidades moram no coletivo. A amizade me ensinou normas ABNT, mas também me ensinou o significado real de “eu sou, porque nós somos”.

Aos meus interlocutores do projeto Mochilando Afroculturas, Augusta França e Léo de Oliveira, que dedicam suas vidas à luta histórica pela memória do povo negro na cidade de Santos e foram pilares importantes dessa tese a partir das histórias orais contadas nas idas à campo.

Agradeço, por fim, as professoras e professores que ao longo desse trajeto acadêmico não hesitaram em incentivar e dar o suporte necessário para nos tornarmos cientistas sociais, tal como pesquisadoras (es) críticas (os) que ao mesmo tempo esperancem outros modos de vida no horizonte.

“Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural” (Gonzalez, 1982, p. 3).

RESUMO

CASTRO, Giovana Bravo. Reinventando o imaginário santista: Memórias silenciadas.

Esta pesquisa propõe um olhar crítico e engajado sobre a construção da memória na história do Porto de Santos, com o objetivo central de identificar as lacunas e omissões nas narrativas históricas oficiais que resultaram na invisibilização das mulheres negras e de suas contribuições cruciais para a economia santista, nomeadamente em profissões como as catadeiras e lavadeiras. A hipótese central postula que a memória oficial do Porto foi construída a partir de um enquadramento ideológico que deliberadamente silenciou a participação feminina, configurando uma política de esquecimento que serviu à estrutura de dominação social. O trabalho adotou uma perspectiva anticolonial, pautada pela análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe e sustentada por figuras centrais do pensamento negro e feminista brasileiro. O detalhamento teórico é ancorado em Heleieth Saffioti (1997) na tripla dominação, Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2018) na interlocução sobre amefricanidade e à interseccionalidade e Margareth Rago (2008) na disciplina dos corpos e na utopia da "cidade disciplinar". A pesquisa também incorporou as vozes de Abdias Nascimento (1978), Beatriz Nascimento (2018) e Clóvis Moura (1998) para embasar a crítica à lógica colonial da escrita histórica. Metodologicamente, a pesquisa combina análise bibliográfica crítica com o resgate de depoimentos e a memória viva do Movimento Negro de Santos, principalmente do Afroturismo santista. Além disso, Ana Lucia Duarte Lanna (1996) foi integrada a este projeto como forma de conceder um panorama teórico e empírico das mudanças urbanas realizadas no final do século 19 e início do 20 que se encontram vinculadas ao fim do regime de escravidão e ascensão do sistema capitalista. Evidenciou-se o papel fundamental das trabalhadoras, desvelando como o trabalho de reprodução e cuidado sustentou materialmente a prosperidade do Porto e da cidade, contribuindo com a reparação histórica necessária à identidade e memória da cidade. Os resultados obtidos buscam não apenas resgatar essas memórias, mas também estimular futuras pesquisas que aprofundem as relações de gênero e raça na história portuária.

Palavras-chave: Porto de Santos, Invisibilização Histórica, Memória, Mulheres negras.

ABSTRACT

CASTRO, Giovana Bravo. Reinventing the *Imaginário Santista*: Silenced Memories.

This research proposes a critical and engaged perspective on the construction of memory in the history of the Port of Santos, with the central objective of identifying the gaps and omissions in the official historical narratives that resulted in the invisibilization of Black women and their crucial contributions to the *santista* (Santos-based) economy, particularly in professions such as gleaners (*catadeiras*) and washerwomen (*lavadeiras*). The central hypothesis posits that the official memory of the Port was constructed based on an ideological framework that deliberately silenced female participation, configuring a politics of oblivion (*política de esquecimento*) that served the structure of social domination. The work adopted an anti-colonial perspective, grounded in the analysis of the intersectional nature of gender, race, and class, and supported by central figures of Black and feminist Brazilian thought. The theoretical detailing is anchored in Heleieth Saffioti (1997)'s concept of triple domination (*tripla dominação*), Lélia Gonzalez (1984) and Sueli Carneiro (2018)'s dialogue on Americanness/Amefricanity (*amefricanidade*) and intersectionality, and Margareth Rago (2008)'s work on the discipline of bodies and the utopia of the “disciplinary city” (*cidade disciplinar*). The research also incorporated the voices of Abdias Nascimento (1978), Beatriz Nascimento (2018), and Clóvis Moura (1998) to ground the critique of the colonial logic of historical writing. Methodologically, the research combines critical bibliographic analysis with the retrieval of testimonies and the living memory of the Black Movement of Santos, mainly from *santista* Afrotourism. Furthermore, Ana Lucia Duarte Lanna (1996) was integrated into this project to provide a theoretical and empirical overview of the urban changes carried out at the turn of the 19th and 20th centuries, which are linked to the end of the slavery regime and the rise of the capitalist system. The fundamental role of the women workers was evidenced, unveiling how the labor of reproduction and care materially sustained the prosperity of the Port and the city, contributing to the historical reparation necessary for the identity and memory of the city. The results obtained seek not only to rescue these memories but also to stimulate future research that deepens the relations of gender and race in port history.

Keywords: Porto of Santos, Historical Invisibility, Memory, Black Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Porto de Santos próximo à Alfândega, em foto de Militão Augusto de Azevedo	37
Figura 2 – Weinschenck, o engenheiro chefe da construção do Porto Organizado de Santos e a pedra fundamental da obra	39
Figura 3 – Carroceiros na Rua Santo Antônio (do Comércio) em cerca de 1910	41
Figura 4 – Quilombo do Jabaquara	45
Figura 5 – Reprodução parcial da matéria “Quilombo do Jabaquara” do jornal original	47
Figura 6 – Foto Travessa Anísio José da Costa	51
Figura 7 – Foto reprodução da A tribuna noticiando a morte de Anísio José da Costa	52
Figura 8 – Catadeiras de café trabalhando em armazém	55
Figura 9 – Matéria no Jornal Correio Paulistano – “Proteção à infância – Nos armazéns de café não devem permanecer menores”	57
Figura 10 – As lavadeiras registradas pelas lentes de Guilherme Gaensly, em postal circulado em 1904	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	19
3 METODOLOGIA	20
CAPÍTULO 1 – MEMÓRIAS ÀS MARGENS	21
1.1 Panorama teórico sobre poder e política do esquecimento.....	21
1.2 Dominação do imaginário: historiografia (nada) oficial brasileira.....	26
1.3 Historiografia às avessas: resgate de memória ancestral.....	31
CAPÍTULO 2 – MEMÓRIA ÀS MARGENS DA HISTÓRIA SANTISTA: UMA RETOMADA HISTÓRICA	34
2.1 Porto Organizado ao Porto do Café.....	38
2.2 Saúde pública e Desenvolvimento urbano às custas do apagamento histórico	41
2.3 Quintino de Lacerda e o Quilombo do Jabaquara.....	44
2.4 Às luzes da imigração: um apagamento histórico da comunidade negra em Santos	48
2.5 A Travessa Anísio José da Costa	50
CAPÍTULO 3 – MEMÓRIAS DO TRABALHO FEMININO NO PORTO DE SANTOS E SEUS ARREDORES	54
3.1 Pianistas de Armazém: O cotidiano feminino na catação de café.....	54
3.2 Ao redor do Porto.....	62
CONSIDERAÇÕES.....	68
REFERÊNCIAS.....	72
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E ICONOGRÁFICAS	75

1 INTRODUÇÃO

É com um olhar forjado nas vivências e paisagens de Santos, minha cidade natal e lar, que esta pesquisa se debruçou sobre as intrincadas teias da memória e do esquecimento na história do Porto de Santos¹. Como cientista social, sinto a urgência de questionar as narrativas estabelecidas que foram deliberadamente silenciadas, especialmente aquelas das mulheres, em particular as mulheres negras, cujas contribuições para a formação e prosperidade do Cais Santista foram sistematicamente invisibilizadas. Este trabalho não é apenas um exercício acadêmico; é um compromisso pessoal com a reparação histórica e com a construção de uma memória mais justa para o maior porto da América Latina.

A construção da memória, como aponta Sarlo (2007), é um processo fundamental para a preservação da existência. Entretanto, quando essa existência é intencionalmente destruída ou omitida, a reconstrução da memória se torna uma tarefa árdua, quase uma “ruína simbólica”. É nesse ponto que a contribuição de Pollak (1989) se torna crucial, ao destacar a importância das memórias subterrâneas: as lembranças de grupos marginalizados e minoritários que frequentemente se opõem à memória oficial. Essas memórias, embora muitas vezes em ruínas simbólicas, são a fonte principal de luta contra uma realidade dessensibilizante e excludente, e fortalecê-las é um ato de resistência onde o esquecimento é uma política. O Porto de Santos, em sua grandiosidade e complexidade, não escapa a essa dinâmica de disputas pela memória. Pelo contrário, revela um cenário onde uma “limpeza simbólica” foi exercida, com a memória oficial controlando e omitindo as narrativas dos marginalizados. Essa submissão da memória é evidente na tentativa expressiva das representações institucionais privadas de configurar uma realidade portuária exclusivamente masculinizada, ignorando ou minimizando o papel fundamental das mulheres.

Pollak (1989) introduz o conceito de “memória enquadrada” para descrever o processo de construção e organização da memória coletiva, que é intrinsecamente ligada à formação de identidades individuais e coletivas. Esse enquadramento envolve

¹ Localizado na cidade de Santos, litoral Sul no Estado de São Paulo.

a seleção, interpretação e apresentação do passado de acordo com os interesses e valores do presente. É, também, a partir dessa perspectiva que a história do Porto de Santos foi revisitada neste estudo, com o objetivo de resgatar o que ou quem permaneceu à margem da narrativa oficial desde seu estabelecimento. A consulta a obras como "A história do Porto de Santos" de Sergio Willians (2024), organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santos, serve como ponto de partida para essa imersão, embora tenha sido necessário um olhar mais aprofundado e crítico para as lacunas existentes.

Com a necessidade de um olhar crítico as lacunas ideologicamente impostas à história do Porto de Santos, ainda sobre o desenvolvimento da cidade de Santos, a escrita do primeiro capítulo não foi um exercício neutro, mas sim um ato de intervenção historiográfica que exigiu o repensar da rota de pesquisa. Essa mudança fundamental foi imposta pelas idas a campo e pelas vozes de meus interlocutores do Afroturismo, a exemplo de Augusta e Leo, que consistentemente direcionavam a atenção para as narrativas construídas e contadas não através da história oficial imposta pela branquitude, mas sim a partir da vivência dos sujeitos historicamente invisibilizados. Essa observação confirmou o argumento de autores como Clóvis Moura (2020) de que a escrita tradicional tende a se repetir numa lógica racista e colonial, negligenciando a dimensão cultural, política e social das existências negras.

Por isso, a partir desse alerta, reforçado por um historiador na Biblioteca Municipal que apontou a necessidade de se firmar o recorte de raça para além do gênero, como um movimento anticolonial, o capítulo foi conduzido como um campo de batalha pela memória. A escolha foi contar a história a partir da ótica da subversão, utilizando a discussão da memória como disputa de narrativa (Sarlo, 2007), e tendo como guias autores negros fundamentais como Abdias Nascimento (1978), Beatriz Nascimento (2018) e Sueli Carneiro (2018). O foco recaiu sobre o resgate da história da população negra do Porto de Santos, particularmente das mulheres negras (as "pianistas" e lavadeiras), cuja contribuição crucial à economia do café e à sustentação da cidade foi sistematicamente silenciada.

A história do Porto de Santos é inseparável do trabalho incansável de seus trabalhadores. A força motriz para a construção e constituição legal do porto passou, essencialmente, pelas mãos de inúmeros indivíduos, ainda que nem todos tenham sido formalmente incluídos nas narrativas oficiais. Muito antes de sua estrutura moderna, o Cais Santista já era palco da luta diária de pessoas que lançaram as bases

para o que se tornaria o maior porto da América Latina. Este trabalho busca humanizar essa narrativa, conferindo rostos e alma aos fatos históricos, para que o desenvolvimento do porto seja compreendido não apenas como uma sequência de eventos, mas como o resultado da dedicação e sacrifício de gente real.

A Praça de Santos, que foi por séculos o coração comercial e financeiro da cidade, testemunhou profundas transformações econômicas, do açúcar no século XVIII ao café no final do século XIX. Essa evolução teve um impacto direto nas relações de trabalho, impulsionando a demanda por mão de obra e dando origem a diversas profissões, como estivadores, carregadores, corretores de café, e, notavelmente, as catadeiras, lavadeiras e os classificadores de café. No entanto, com o avanço tecnológico, muitas dessas profissões desapareceram ou perderam sua relevância, embora suas memórias ainda existam no âmago na sociedade santista.

É nesse cenário que a invisibilidade das mulheres na historiografia portuária se torna gritante. Suas contribuições, embora essenciais, foram frequentemente relegadas a um segundo plano. As costureiras, por exemplo, desempenharam um papel vital desde o século XIX até a década de 1920, reparando sacarias de café manualmente e de forma predominantemente domiciliar. Apesar de sua importância, sua mão de obra avulsa e sazonal as manteve à margem dos registros formais.

Um exemplo ainda mais marcante e central para esta pesquisa são as catadeiras. Surgidas no início do século XX com a criação dos armazéns de catação, essas mulheres, e muitas vezes crianças, eram responsáveis pela minuciosa tarefa de selecionar manualmente os grãos defeituosos e impurezas do café, sendo apelidadas de "pianistas" pela destreza de seus movimentos. A catação manual era uma ocupação predominantemente feminina, e seu declínio a partir da década de 1970, com a introdução das catadeiras eletrônicas, marcou o desaparecimento de mais uma profissão exercida majoritariamente por mulheres.

Um depoimento crucial durante uma visita ao museu do café revelou a existência das catadeiras em Santos, pontuando que “eram mulheres negras e mulheres brancas imigrantes”. Essa observação, feita por um interlocutor, direcionou o meu olhar para a questão das relações raciais e de gênero na história do Porto. As pesquisas realizadas acerca da história do Porto, embora valiosas, revelam uma lacuna significativa: a escassez de tratamento sobre as relações raciais e de gênero. Essa lacuna, aliada às observações e às pesquisas bibliográficas, qualifica o questionamento sobre o lugar das mulheres negras na história do Porto de Santos.

A análise dessas profissões e a lacuna na pesquisa histórica sublinham a sub-representação das mulheres, e especialmente das mulheres negras, nos relatos sobre o desenvolvimento comercial e financeiro de Santos. A história da Praça do Café, e por extensão do Porto de Santos, não pode ser completa sem reconhecer o trabalho dessas mulheres, que, apesar de atuarem em funções muitas vezes precarizadas e invisibilizadas, foram pilares fundamentais para o funcionamento da economia cafeeira e principalmente, santista. Ao trazer à tona essas narrativas, esta pesquisa busca não apenas resgatar a memória de suas contribuições, mas também desafiar as omissões históricas e garantir que o papel das mulheres, em particular das mulheres negras, receba o devido reconhecimento na construção da identidade de Santos. É um convite a olhar para a história com um novo prisma, a partir de um lugar de pertencimento e de um compromisso com a justiça social.

2 OBJETIVOS

Objetivo Geral: Investigar a relação entre o desenvolvimento portuário e a dinâmica de gênero e raça na cidade de Santos.

Objetivo Específicos: Examinar e discutir a invisibilidade histórica do trabalho da população negra, especificamente sobre trabalho feminino na contribuição dos funcionamentos do Porto de Santos, articulando-se com histórias orais e bibliografia complementar. Além disso, resgatar as memórias das catadeiras, lavadeiras e quitandeiras a fim de cruzar com o arcabouço teórico do feminismo negro e feminismo de linha marxista.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, com a integração de diferentes métodos para uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado:

- **Revisão Bibliográfica:** Realização de levantamento e análise da literatura pertinente a construção portuária santista, memória, construção historiográfica brasileira, divisão sexual e racial do trabalho, buscando identificar as discussões existentes sobre gênero, raça e desenvolvimento portuário.
- **Análise Documental:** Examinados arquivos jornalísticos de época e documentos de domínio público (registros históricos, relatórios etc.) que fornecem informações sobre a participação feminina na construção e no desenvolvimento do Porto de Santos.
- **Etnografia Virtual:** Exploração do ambiente online para compreender o cotidiano e as relações das mulheres denominadas "pianistas", buscando identificar significados e práticas relevantes para a análise sócio-histórica, como a exposição virtual do Museu do Café.
- **Coleta de histórias:** Foram conduzidas coletas sob forma de depoimentos com:
 - Historiadoras que desenvolveram pesquisas sobre a história de Santos e/ou a participação feminina no Porto de Santos.
 - Comunicadores sociais (jornalistas, radialistas, etc.) que cobriram ou acompanharam as dinâmicas sociais e econômicas da cidade portuária.
 - Sujeitos que vivenciaram, anos atrás, a realidade apresentada pesquisa.

A análise dos dados coletados foi realizada de forma integrada, buscando identificar padrões, convergências e divergências entre as diferentes fontes, com o objetivo de construir uma interpretação rica e contextualizada da questão de gênero e raça no desenvolvimento do Porto de Santos.

CAPÍTULO 1 – MEMÓRIAS ÀS MARGENS

1.1 Panorama teórico sobre poder e política do esquecimento

A construção da memória se apresenta fundamentalmente como preservação da existência e das “coisas” que existem ao redor, Sarlo (2007) aponta para essa discussão de forma que as lembranças são organizadas a partir de princípios sociais, mediadas por um relato. Entretanto, quando há uma destruição intencional da existência e dos princípios em curso, a reconstrução da memória é a ruína simbólica. Pollak (1989) destaca a importância das memórias subterrâneas, simbolicamente em ruínas, de grupos marginalizados e minoritários que muitas vezes se opõem à memória oficial. A importância se vale pela oposição à uma realidade dessensibilizante e excludente que evocam o processo de memória como fonte principal de sua luta e compartilham um sentimento mútuo de marginalização. Além disso, fortalecer essas memórias é resistir onde o esquecimento é política (Olhar Marginal, 2025).

Pollak ilustra a dinâmica da memória em disputa por meio de exemplos históricos como o silêncio dos sobreviventes dos campos de concentração, revelando que embora as memórias possam ser silenciadas, distorcidas ou manipuladas, emergem com força em momentos favoráveis. O termo memoricidade remete a esse apagamento histórico de símbolos culturais, mas há um paradoxo intrínseco na discussão. O esquecimento pode ser visto como vilão ao mesmo tempo que sugere a reinterpretação das narrativas históricas através do esquecimento, a depender do contexto e intenções por trás das ações (Ferreira, 2025).

O Porto de Santos, objeto de estudo utilizado neste presente trabalho, revela o complexo cenário de disputas pela memória. Há uma dinâmica de autoridade exercida em meio ao processo de construção e efetivação do funcionamento do complexo portuário santista, que é possível chamarmos de limpeza simbólica, em que há o controle e a omissão estabelecidos pela memória oficial em detrimento da memória marginalizada. A submissão da memória atravessa a lógica da oposição em razão da

expressiva tentativa das representações institucionais privadas em configurar uma realidade portuária exclusivamente masculinizada, explicada nos capítulos seguintes.

O sociólogo Pollak (1989) introduz o conceito de “memória enquadrada” para descrever o trabalho de construção e organização da memória coletiva que desempenha um papel fundamental na definição de identidades individuais e coletivas, na qual envolve a seleção, interpretação e apresentação do passado de acordo com os interesses e valores do presente.

“Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos” (Pollak, 1989, p. 10-11).

À vista disso, é fundamental compreender que a construção da memória não se limita apenas à produção intelectual de narrativas. Ela abrange um conjunto de elementos concretos, como documentos, edifícios museológicos e monumentos em espaços públicos. Esses elementos funcionam como alusões ao passado, gerando um sentimento de identidade social. Ao serem integrados ao campo cultural, eles perpetuam os valores e as narrativas ali representadas, moldando a forma como a sociedade se enxerga e se relaciona com sua própria história. Sendo assim, “o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.” (Pollak, 1989, p. 14), uma vez que a memória e as noções de coletividade se mostram intrínsecas.

É a partir do enquadramento da memória que a história do Porto de Santos se apresentou neste presente trabalho. Emerge a necessidade de retomada histórica desde sua construção para coletar o que ou quem ficou às margens da história portuária santista.

Contudo, o sociólogo abre espaço em suas pesquisas para problematizar um olhar sustentado coletivamente em razão das memórias, uma vez que a memória individual tem inúmeros pontos de referência. No domínio da memória, as narrativas que se sobressaem são aquelas que foram legitimadas pelo poder. Isso significa que a história oficial é contada sob um único ponto de vista: o daqueles que têm a autoridade para produzir e disseminar um discurso que será perpetuado.

Nesse contexto que entra a crítica do sociólogo Michael Pollak (1989). Ele argumenta que uma visão puramente coletiva da memória é problemática porque

ignora a riqueza das experiências individuais. A memória pessoal, com suas múltiplas referências e vivências, é constantemente silenciada e apagada pelas narrativas hegemônicas que a sociedade impõe. Assim, a perspectiva de Pollak nos convida a reconhecer que, para entender a história de forma completa, é preciso ir além do discurso oficial e dar voz às memórias singulares que foram sistematicamente marginalizadas.

Pollak ao apresentar o conceito de memória subterrânea, simbolicamente em ruínas, de grupos marginalizados e minoritários que muitas vezes se opõem à memória oficial, citada nos parágrafos acima, propõe essa representação teórica como ajuste autocrítico das noções de passado, possibilitando devolver o protagonismo às periferias e retificar a memória coletiva enviesada a serviço da classe dominante que a instituiu.

No contexto do silenciamento do passado, Michael Pollak (1989) argumenta que esse processo não conduz necessariamente ao esquecimento historiográfico. Pelo contrário, o autor vê no silêncio uma forma de resistência redefinida, através da qual grupos sociais fragilizados contestam os discursos impostos pela história oficial.

Esse silêncio paradoxalmente permite a transmissão de memórias dentro de núcleos pessoais, como famílias e círculos de amizade, que, em um processo lento, se revestem de ideologias combativas. As lembranças de conflitos políticos, em particular, têm a capacidade de reverberar no tempo presente, possibilitando uma reinterpretação do passado e promovendo uma "permanente interação entre o vivido e o transmitido" (Pollak, 1989, p. 9).

Ao analisar a história de Santos e seu porto, a perspectiva de Pollak é particularmente relevante. A predominância de narrativas que celebram a figura masculina branca, como a de "bons trabalhadores" europeus ou a de senhores escravistas como o Comendador Netto, representa um silenciamento das memórias e contribuições de outras populações. Essa narrativa oficial exclui não apenas a comunidade negra, mas principalmente as mulheres negras, cujo papel fundamental foi duplamente invisibilizado: pela opressão de raça e de gênero.

Sarlo (2007) converge com Pollak no que se refere à memória como um fenômeno que se distancia da neutralidade. Ainda que ambos prospectam suas análises em campos que diferem entre si, visto que Sarlo foca na instrumentalização da memória pela cultura de massa e pelas instituições, enquanto Pollak se concentra

no silenciamento e na resistência de grupos sociais marginalizados, convergem em analisar a memória como campo de poder.

A “guinada subjetiva” de Sarlo (2007), e Pollak, com sua ênfase na memória como um ato de resistência individual ou de pequenos grupos, dão centralidade às vivências pessoais. Ambos questionam a validade de uma única memória coletiva, argumentando que as histórias não oficiais e as lembranças dos oprimidos são cruciais para um entendimento mais completo do passado.

Ainda, Sarlo argumenta que, na contemporaneidade, a memória se tornou um espetáculo de consumo. A mídia e as instituições produzem uma memória “oficial” e “coletiva” que é formatada para ser facilmente digerida e comercializada. Essa memória, frequentemente focada em eventos traumáticos, corre o risco de se transformar em um mero objeto de entretenimento, perdendo sua profundidade histórica e seu potencial crítico. A “guinada subjetiva” que ela descreve é a primazia da memória individual, que se fragmenta e se torna uma série de instantâneos desconectados, muitas vezes moldados pelo consumo cultural e pelas tecnologias.

Para Sarlo, a memória não é apenas um registro do passado; é uma narrativa construída no presente. Essa construção está sujeita a uma política de seleção e exclusão: o que é lembrado e o que é esquecido. Ela critica a ideia de uma memória coletiva homogênea, argumentando que a verdadeira complexidade da experiência histórica reside na diversidade e nas contradições das memórias individuais.

Ao analisar as críticas que Ailton Krenak tece em relação a rememoração das lembranças dos povos marginalizado, em sua fala na Vigília da Oralidade – Memórias Ancestrais, transcrita para a publicação digital da Dantes Editora, ‘Memória não queima’, corrobora com a visão de Sarlo no sentido de afirmar que as memórias em sua grandiosidade não cabem em instituições culturais, como museus, por exemplo. Sarlo compreende que há instrumentalização da memória pela cultura de massa e pelas instituições, assim como Krenak conduz um olhar crítico à essas instituições que para ele

“[...] é algo tão, tão fabuloso que eu acho que ela não cabe num museu. Mas [...] no mundo inteiro a gente tem essas instituições e culturalmente a gente supervaloriza elas. Porque a gente precisa delas exatamente para suprir a nossa falta de memória. Então, às vezes, a gente promove uma visita da meninada no museu pra eles conhecerem a sua própria história. Mostrando pra eles aqueles personagens e tal, aquela cena, isso, aquilo... Que é uma maneira muito precária de construir a memória. Toda fragmentada, cheia de recorte, sem nenhum afeto entre os sentidos” (Krenak, 2023, p. 7).

Krenak reconhece que há potencial cultura na representação da memória dentro desses espaços culturais, mas conduz o seu olhar a uma crítica da forma como essa prática constrói uma memória completamente fragmentada, desprovida de conexões afetivas e sensoriais. O resultado é a institucionalização de uma experiência de memória desumanizada.

Para Ailton Krenak, a memória atua como um despertar da consciência crítica, capacitando o indivíduo a resistir às adversidades. Ele argumenta que a construção da rememoração e a reflexão aprofundada são essenciais para que a história possa ser narrada de forma independente, livre de influências externas. A ausência dessa reflexão, por outro lado, torna os indivíduos vulneráveis a discursos manipuladores e dominantes. Assim, a memória não é apenas um registro do passado, mas uma ferramenta fundamental para a autonomia e a resistência.

Há uma certa importância em notabilizar os “discursos manipuladores”, como argumenta Krenak, em razão da manutenção das “memórias oficiais”. É a partir da noção desses discursos que se desvendam as noções das práticas de poder intrínsecas ao campo da memória. Foucault (1979) demonstra que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo: ele cria discursos, saberes e corpos “dóceis”.

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social, muito mais do que como uma instância negativa que tem como função reprimir” (Foucault, 1979, p. 7).

Nesse processo, o que é silenciado não é simplesmente “esquecido”, mas ativamente excluído do campo do saber oficial. A memória, aqui, é uma arena de disputas onde a narrativa dominante impõe sua versão da história, enquanto outras são marginalizadas.

A história do Porto de Santos, com a predominância da representação masculina branca, serve como um exemplo claro: a narrativa oficial legitima uma forma de trabalho e de identidade, ao mesmo tempo que exclui a contribuição de outros grupos. A memória do trabalhador negro, e sobretudo da mulher negra que atuou

nesse contexto, é intencionalmente suprimida porque seu protagonismo não se alinha com o discurso de poder estabelecido.

Como Sarlo discorre em suas análises acerca da memória, é uma narrativa construída, na qual é decidido o que se deve lembrar e o que será esquecido, Foucault (2007) corrobora com essa análise quando investiga as regras que governam o que pode ser dito e pensado em uma determinada época. Ele mostra que o discurso é controlado, selecionado e distribuído. Assim, a "verdade" histórica não é descoberta, mas construída por meio de procedimentos de exclusão.

A história que se consolida é aquela que foi produzida por um poder que, para se sustentar, precisa apagar as outras versões e outras vivências. A memória, portanto, é um ato político de resistência. A luta por reconhecimento e retificação da história, como a que o movimento negro santista faz ao resgatar figuras como Anísio José da Costa, posteriormente apresentada nesse respectivo trabalho, é uma forma de ir na contramão do poder, buscando não só preencher as lacunas do passado, mas reinterpretar o presente e desafiar o discurso dominante.

1.2 Dominação do imaginário: historiografia (nada) oficial brasileira

Entender as dinâmicas de poder na memória é crucial, sobretudo a partir das contribuições de autores negros e autoras negras brasileiras. A perspectiva decolonial que eles trazem à tona é indispensável para analisar a realidade brasileira, que, ao contrário de contextos europeus, analisam a partir do recorte de raça como um pilar central de sua formação histórica. Esses intelectuais demonstram que a história do Brasil, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não pode ser compreendida sem reconhecer que a produção e o acesso à memória são determinados pelas hierarquias raciais. Ao adotar essa lente, é possível desvendar as narrativas hegemônicas e validar as histórias que, por tanto tempo, foram silenciadas.

A importância de incluir e centralizar o pensamento de autores negros a cerca da memória neste trabalho veio devido a minha interlocutora que através das histórias por ela contadas do povo negro santista, evidenciou a importância de expor essas memórias históricas por meio do olhar da própria comunidade negra, não mais de uma perspectiva branca. Foi a partir dessas idas a campo que o meu olhar, quase que imediatamente, se voltou para uma cidade negra na qual as memórias foram silenciadas. Dessa maneira, ao exercer a escuta ativa com a minha interlocutora

privilegiada, pude direcionar meu olhar e encontrar nas obras de Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Evaristo da Conceição e Sueli Carneiro o alicerce teórico para estruturar esse projeto.

Tanto Beatriz Nascimento quanto Clóvis Moura são figuras essenciais na historiografia brasileira, bem como no campo da História Social, focalizando nos ditos "vencidos", que foram intencionalmente apagados da história oficial. Clóvis Moura, ao analisar o quilombo não apenas como refúgio, mas como uma forma de resistência ativa, revelou o protagonismo da população negra na luta contra a escravidão. Da mesma forma, Beatriz Nascimento resgatou a memória e a ancestralidade africana, enfatizando a importância da cosmovisão e da oralidade como ferramentas de resistência e preservação da identidade. O trabalho de ambos questionou a visão tradicional, que retratava o negro de forma passiva, e mostrou a história como um campo de disputas, onde as narrativas marginalizadas são fundamentais para uma compreensão completa do passado e do presente.

A interferência das elites na historiografia oficial é evidente desde as primeiras documentações históricas, como expõe Moura. Desde a colonização até a Proclamação da República, a narrativa histórica, elaborada por seus apoiadores, validou a escravidão e exaltou a classe senhorial. Essa influência se manifestou de forma proeminente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, instrumentalizado para servir à ordem colonial, tornou-se o principal canal para a publicação de obras acadêmicas legítimas. Esse padrão de controle e manipulação da história por parte das elites se perpetua até os dias de hoje.

De acordo com a crítica de Moura, a historiografia estabeleceu uma tradição de viés elitista, mesmo com as tentativas de diversificação ao longo do tempo. Assim, o campo da história continua a reproduzir os princípios hegemônicos, como argumenta Moura:

"Daí por que o julgamento de valor de quase todos eles em relação aos fatos e heróis continuarão sendo o mesmo estabelecido pelos historiadores do Império. Esses heróis "oficiais" continuam sendo Duque de Caxias, Domingos Jorge Velho, Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel, Barão de Cotegipe, Feijó, Barão do Rio Branco e, também, Deodoro da Fonseca e os demais participantes do golpe militar republicano. Por outro lado, continuam a ser anti-heróis Zumbi, os heróis da Revolta dos Alfaiates na Bahia de 1798 (Luís Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira), assim como, também, outros heróis populares como frei Caneca, Elesbão Dandaró, Luís Sanim, Pacífico Licutã e os demais líderes do movimento insurrecional de 1835 em Salvador, além de Borges da Fonseca, Pedro Ivo, Padre Roma, Preto Cosme, Padre Miguelinho, Sôror Joana Angélica e todos aqueles que constituem o grande painel de heróis sem monumentos, mas que desarticularam as estruturas de poder em vários

momentos da nossa história. Eles não são considerados heróis porque o seu heroísmo passa pela áspera estrada dos derrotados. A nossa “história oficial” seleciona como heróis os vencedores, e não aqueles que foram derrotados nos diversos momentos de rebelião, rebeldia ou projeto de mudança social. Daí a história ser feita através de um processo seletivo no qual as classes dominantes estabeleceram o critério de quem é herói ou anti-herói. Com isto, os produtores dessa historiografia fazem-na ter uma visão elitista e marcial do nosso desenvolvimento” (Moura, 2020, p. 8).

No documentário da TV Cultura, "O Negro da Senzala ao Soul", a historiadora Beatriz Nascimento apresenta uma crítica contundente: a história do Brasil foi escrita por mãos brancas. Em convergência com as análises de Clóvis Moura, ela argumenta que a narrativa histórica hegemônica é marcada pela negligência e omissão, apagando o protagonismo do povo negro e dos povos indígenas.

A história negra, segundo Nascimento, é frequentemente "deformada" por essa visão opressora. Por isso, ela defende que seu estudo deve ser abordado a partir da perspectiva da liberdade e da resistência, e não apenas da repressão. Um exemplo emblemático dessa luta é o Quilombo do Jabaquara, em Santos, o segundo maior Quilombo, onde abrigava negros libertos do final do século XIX. Liderado por figuras como Quintino de Lacerda, esse quilombo não era apenas um esconderijo, mas um centro de organização social e política que desafiava a ordem escravista e se tornou um símbolo de autonomia e resistência negra. Assim, a história do povo negro não se resume à opressão, mas é, sobretudo, uma história de luta, organização e busca incessante por liberdade.

Entretanto, a mesma expõe as dificuldades que pairam acerca de bases documentais para fundamentar seu estudo sobre a organização dos Quilombos, bem como sua resistência, na qual considera perspectiva de análise fundamental:

“Como a documentação que a gente tem, quer dizer, o negro não deixou nada escrito, foi o branco quem escreveu. Então, até eu mesma... Nós negros, vamos ter que recorrer à documentação da polícia, das autoridades portuguesas [...] que foram documentos basicamente de repressão” (Nascimento, 1977, 11:29).

Apesar da rica história da população negra em Santos, a busca por materiais sobre o tema revela um desafio: a dificuldade de encontrar fontes que não sejam filtradas pela perspectiva branca, conforme criticado por Beatriz Nascimento acima. Por isso, a pesquisa muitas vezes exige ir além dos registros tradicionais. Nesse contexto, o trabalho de campo se torna essencial. A participação no projeto de Afroturismo "Mochilando Afroculturas," idealizado por Augusta França e Léo de

Oliveira, mostra a quão valiosa é a oralidade. Por meio dessa iniciativa, as histórias da população quilombola santista são transmitidas de forma direta, valorizando a memória, a resistência, a cultura e a organização socioeconômica de comunidades que, por muito tempo, foram relegadas a um projeto de silenciamento na historiografia oficial.

Na obra “Uma História feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos”, Nascimento examina a produção acadêmica e denuncia a tradição de subvalorizar a importância histórica da população negra. Segundo sua análise, as pesquisas são frequentemente restritas a uma visão socioeconômica, o que impede a consideração de outros elementos essenciais para a compreensão do passado. Para ela “um trabalho que trate de um povo como nós tem que levar em conta aspectos não apenas socioeconômicos como também raciais.” (Nascimento, 2021, p. 33)

Restringir a participação do povo negro à condição de escravizado revela para a autora a persistência do racismo refletido nas produções acadêmicas produzidos por partes de pesquisadores brancos. Ainda, Nascimento (2021) expõe o descontentamento com os acadêmicos brancos que se negam a discutir raça em suas produções, ignorando a existência do racismo, inclusive por parte dos seus pares. Clóvis Moura, em concordância com Nascimento, argumenta que o pensamento branco está intrinsecamente inserido nas produções científicas sobre as questões raciais, preservando um legado colonial e racista, considerando o negro enquanto objeto e não, potências culturais e organizacionais.

“Como se pode ver, não quero que exista uma sociologia negra no Brasil, mas que os cientistas sociais tenham uma visão que enfoque os problemas étnicos do Brasil a partir do negro, porque, até agora, com poucas exceções, o que se vê é uma ciência social que procura abordar o problema através de uma pseudo-imparcialidade científica que significa, apenas, um desprezo olímpico pelos valores humanos que estão imbricados na problemática que estudam. Não observam que os seus conceitos teoricamente corretos (dentro da estrutura conceitual da sociologia acadêmica) coloca-os “de fora” do problema, não penetram na sua essência, são anódinos, inúteis, desnecessários à solução do problema social e racial do negro e por isto mesmo são frutos de uma ciência sem práxis e que se esgota na ressonância que o autor desses trabalhos obtém no circuito acadêmico do qual faz parte. [...] O absenteísmo científico transforma-se em indiferença pelos valores humanos em conflito. E com isto o negro é transformado em simples objeto de laboratório” (Moura, 1988, p. 11).

Desta forma, conserva-se um processo civilizatório inaugurado há 500 anos que subordina os valores culturais e políticos à ideologia dominadora, anulando as

possibilidades de resistência e neutralizando a cultura, estabelecendo então uma dominação do imaginário (Moura, 1988 apud Santos, 2023).

A dominação do imaginário, como argumenta Moura (1998), está intrinsicamente ligada a violência sistemática que opera em diversas esferas, incluindo na produção do saber, como analisa Carneiro (2018). Para ela a violência e a dominação devem ser lidas como racismo que, em sua essência, é um mecanismo de silenciamento. A história oficial do Brasil, ao apagar as contribuições e o protagonismo da população negra, busca transformá-la em um "não-ser" – um ser sem história, sem voz e sem agência. A memória, nesse contexto, surge como uma ferramenta fundamental para desmascarar e combater essa violência, além de romper com o silêncio imposto.

A história, portanto, torna-se um campo de batalha, onde a memória é disputada. Carneiro (2018), compreende que não há como negar que houve um processo de apagamento histórico da memória de África, suas civilizações e valores como tática de dominação racista que ideologicamente desumanizou. Ela se refere à forma como o conhecimento produzido pela academia e pela cultura dominante deslegitimou as formas de saber e as experiências dos povos negros, demonstrando o projeto de silenciamento violento executado pelas classes dominante.

O processo de resgate da memória propõe, como a autora argumenta, a descolonização do saber e a construção de uma nova epistemologia, onde a humanidade do povo negro não seja questionada. A memória, na visão de Sueli Carneiro e Clóvis Moura, vai muito além de uma simples lembrança: ela é um ato de agência política². Ambos os autores convergem ao defender que a história do povo negro não é uma história de passividade, mas de luta e criação de novas formas de vida.

Carneiro (2018) aprofunda essa ideia ao mostrar que essa agência se estende à esfera do conhecimento. Para ela, a luta pela memória é uma luta por reconhecimento e pela produção de uma verdade histórica que se contraponha à violência epistêmica. A memória, nesse sentido, é a prova viva de que o povo negro

² A agência política que Sueli Carneiro introduz em seu texto se refere à capacidade de um grupo oprimido — neste caso, a população negra — de ser protagonista de sua própria história. Vai além de apenas reagir à opressão; é a habilidade de agir, de tomar decisões e de moldar seu próprio destino, mesmo diante de um sistema que tenta negar essa possibilidade. Para ela, essa agência é política porque a mera existência e o ato de se autoafirmar já são um desafio direto ao poder hegemônico. Ao resgatar a memória e contar sua própria história, o povo negro sai da posição de "objeto" da história (aquele que a sofre) e se torna o "sujeito" (aquele que a faz).

sempre foi e continua a ser sujeito de sua própria história, e não apenas um objeto de estudo passivo.

1.3 Historiografia às avessas: resgate de memória ancestral

Em “O Quilombo e a diáspora: memórias e ensaios”, Beatriz Nascimento eleva a memória a um patamar central e político na historiografia negra. A obra consolida seu pensamento de que a memória é o principal arquivo do povo negro, superando a lacuna de documentos oficiais e desconstruindo a narrativa hegemônica. Nascimento argumenta que a memória é a força vital que conecta o passado ao presente e permite a recriação de uma identidade cultural na diáspora. Essa memória, longe de ser um mero resgate do passado, é uma ação ativa de resistência.

A autora propõe que a memória não é apenas uma faculdade mental, mas uma estrutura concreta, um "continente". Nela, o corpo negro é o principal repositório de experiências e saberes e o conceito de corpo-documento é central para essa ideia de que "A memória é um conteúdo de um continente, de sua vida, de sua história e do seu passado. Como se o corpo fosse documento." (Nascimento, 2018, p. 334) A partir da ideia de corpo-documento, se evidencia que a história do povo negro não está apenas em livros, mas nas marcas deixadas no corpo pela escravidão, nas tradições orais, nas danças, na religião e na própria forma de existir. O corpo se torna, portanto, uma fonte primária de conhecimento histórico.

Nascimento agrega à discussão de memória o exemplo concreto do Quilombo como uma memória viva, transformando-o de um mero local de fuga em um símbolo de memória e identidade. Para ela, o quilombo não se esgota no passado. Ele é uma ideia, uma energia e uma forma de organização que persiste na contemporaneidade,

“O quilombo é memória, é história, é o ser, assim nós o entendemos na década de 70. Era nosso lema para a recuperação da nossa identidade, de nossa ancestralidade, de ser no mundo adverso” (Nascimento, 2018, p. 352).

A partir dessa visão, o quilombo é mais do que um espaço físico: ele é uma manifestação da memória coletiva e da busca por uma identidade autônoma e ancestral. A autora redefine o conceito de quilombo, indo além da visão de um mero local de fuga e resistência. Ela o concebe como uma instituição africana, um "território em movimento" que se recria e se adapta em diferentes contextos, nos convidando a

entender que a luta pela liberdade e a organização comunitária, vistas nos quilombos do passado, continuam a se manifestar nas periferias e nos movimentos sociais contemporâneos.

Em consonância as análises fundamentais construídas por Beatriz Nascimento em relação aos Quilombos como fonte de memória viva, Evaristo da Conceição agrega à discussão com o romance "Becos da Memória", uma profunda imersão na memória de uma comunidade de favela, mostrando como a história oral se torna a principal forma de resistência contra o apagamento.

Ainda que o romance não tenha permeado esse trabalho como foco principal, sua análise se faz necessária como contribuição intrínseca a discussão da memória. A história não é contada em ordem cronológica, mas através das lembranças dos personagens, que se entrelaçam e se complementam. Essa forma de narrar reflete a própria natureza da memória, que é fragmentada e se constrói na interação entre as pessoas.

As personagens recorrem às memórias dos mais velhos para construir um sentido de pertencimento e para se fortalecerem diante das adversidades. A casa da avó, por exemplo, é retratada como um repositório de memórias e saberes, um lugar seguro onde a história é contada e recontada, estabelece a avó como a principal contadora da história da família e da comunidade. A memória que ela detém não é a história oficial do "relógio" e dos livros didáticos. É uma história de vida, de resistência e de ancestralidade, que existe fora do tempo linear e cronológico da sociedade dominante (Evaristo, 2006).

O romance Becos da Memória de Conceição Evaristo é uma profunda imersão na memória de uma comunidade de favela, mostrando como a história oral se torna a principal forma de resistência contra o apagamento. Aborda a memória como um refúgio e uma arma contra a dor e a violência. As personagens se agarram às suas lembranças para não serem apagadas, tanto pela morte física quanto pelo esquecimento social. O ato de "não se deixar apagar" é uma batalha contra o esquecimento, que é visto como uma forma de aniquilamento. O esquecimento não é apenas a ausência de lembranças, mas a perda da própria existência e identidade. A memória, nesse contexto, é um imperativo de vida, a força vital que garante que o sofrimento e a resistência da comunidade não tenham sido em vão.

Por isso, nesse trabalho, a partir de um olhar crítico às histórias ditas oficiais, foi resgatado e valorizado a memória e a oralidade como ferramentas de resistência

da comunidade negra santista. Reconhecendo as lacunas existentes nas histórias oficiais, reescrevemos de maneira crítica e ouvimos de forma ancestral o que foi relegado ao silenciamento da história do Porto de Santos, bem como a cidade que estava se constituindo. Foi apenas no coletivo e junto ao movimento negro santista a possibilidade do exercício desse trabalho, tal como autoras e autores negros que transformaram suas vivências em “escrivivência”³, como argumenta Conceição Evaristo.

³ "Escrivivência" é um termo criado e cunhado pela escritora brasileira Conceição Evaristo para definir sua própria forma de escrita. É a junção das palavras "escrever" e "vivência". Para Evaristo, a escrevivência não é feita para "ninar os da Casa Grande", mas sim para "incomodá-los em seus sonos injustos". Ou seja, é uma escrita de denúncia, de resistência e de afirmação da identidade, que transforma a dor em palavra e a memória em uma arma de luta.

CAPÍTULO 2 – MEMÓRIA ÀS MARGENS DA HISTÓRIA SANTISTA: UMA RETOMADA HISTÓRICA

Ao se debruçar sobre a história oficial da cidade de Santos, é notável a predominância de uma perspectiva eurocêntrica, que perpetua a narrativa de uma cidade construída e desenvolvida unicamente por mãos brancas. Essa visão hegemônica, enraizada em uma concepção de memória "oficial", contribui para o esvaziamento das memórias subjugadas, especialmente as da população negra. A historiografia tradicional, mencionada nos seguintes parágrafos, frequentemente restringe a representação dos africanos escravizados à condição de mão de obra servil, ignorando sua complexidade cultural, resistência e organização social, ao mesmo tempo que omite o papel central da mão de obra escravizada na edificação do Porto, peça-chave para a ascensão de Santos como um dos centros comerciais e logísticos mais influentes do mundo.

É a partir do Porto de Santos que se revela o potencial geográfico e comercial dessa região, ainda que demorado décadas para se estruturar como uma cidade visivelmente valorosa. O relato de viajantes traz à tona a situação calamitosa que Santos se encontrava, sendo necessário um conjunto de políticas para tornar a cidade receptível e habitável, ainda que exclusivamente, para comerciantes e barões. Conforme Lanna (1996) revela, a experiência de um viajante ao chegar à cidade foi frustrante, visto que não se encontrava hotéis ou pousadas, reforçando a falta de hospitalidade e estrutura para visitantes.

A partir do século 19 que os limites físicos da cidade são reestruturados e organizados em decorrência do crescimento populacional, dando espaço para novas características. Em suma, o Porto e as atividades que se limitavam a ele foram ponto de partida para pensar em qual direção o desenvolvimento econômico e urbano da região seguiu e para que se entenda essa relevância do Cais santista é necessária uma retomada histórica desde os indícios de atividades portuárias à sua consolidação como um dos maiores Portos do Mundo, ainda que as os vestígios das lacunas não preenchidas dessa história, revelem a que custo o Porto experienciou essa magnitude.

As pesquisas realizadas por Francisco Martins dos Santos (1986) nos revelaram que foi em decorrência da embarcação lusitana realizada por Martim Afonso de Souza em 1532, juntamente ao seu irmão, Pero Lopes, que chegaram às proximidades de uma praia na banda oeste da chamada Ilha do Sol, atual ilha de

Santo Amaro⁴, o Guarujá. Pero Lopes atribuiu àquele pedaço de mar, entre a atual Ponta da Praia e a Praia do Góes, como possível primeiro porto oficial da colônia, estabelecendo a colonização. Martim Afonso e seus comandados, ao estudar a geografia da região, navegaram até a Ilha de São Vicente⁵, invadindo-a, para posteriormente criarem a primeira vila oficial do Brasil, São Vicente.

O engenho de cana-de-açúcar se caracterizou como a primeira fonte econômica instalada na região. Através dela se efetivou o processo de sujeição da população indígena e posteriormente negra, vinda de África, justamente porque era necessário força produtiva para o estabelecimento de uma estrutura autossustentável. É importante salientar que o papel da população negra e indígena como força motriz escravizada se mantiveram nos escombros da história santista, nos revelando quase como uma ruína simbólica, firmado pelo que Pollak (1989) conceitua de “memórias subterrâneas”, essas que se opõem à história “oficial”. Além disso, foi a partir desse contexto do autossustento que surgiu a concepção de estabelecer uma área dedicada ao cultivo e extração de um produto que fosse apreciado pelo mercado europeu e adaptável às condições ambientais brasileiras: o açúcar.

Conforme exposto por Willians (2024) os colonizadores, de forma estratégica, conduziram suas ocupações por toda região. Entre os diversos espaços de terras ocupadas, destacou-se uma em particular: o sítio “Enguaguaçú”, no qual mais tarde terá um papel significativo para o Porto de Santos. Esse trecho condiz com a atual região do Valongo e o Outeiro de Santa Catarina, primeiro núcleo da Vila de Santos. Nessa mesma região diversos engenhos de moagem de cana-de-açúcar foram construídos, incluindo o Engenho dos Erasmos⁶ que desempenharam um papel relevante na produção açucareira da região.

⁴ Nome Indígena dado pelos povos Tupiniquins à essa região era “Guaibê” devido a existência abundante dessa planta (Willians, 2024)

⁵ Nome Indígena Tupi dado à essa região era “Gohayó” (Willians, 2024)

⁶ Atualmente o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, localizado na Rua Alan Ciber Pinto, 96 – Vila São Jorge, tem preservado suas ruínas para fins de pesquisa, atividades educativas e culturais, além de preservação da memória santista. A visita às ruínas do Engenho dos Erasmos em 20 de setembro de 2025, durante uma das caminhadas de afroturismo em Santos, revelou uma narrativa histórica mais profunda do que a tradicionalmente contada. Em sua monitoria, o mediador social destacou as marcas arqueológicas das comunidades sambaqueiras (povos que viviam apenas na faixa litorânea), evidenciando a existência de uma população que antecedeu os povos indígenas e agricultores que ali já viveram também. Essa revelação permite uma reflexão crítica sobre o poder da memória, pois demonstra que a história do local não se inicia com o engenho, mas foi violentamente transformada e sobreposta, apagando a história dos povos que ali viveram. Assim, o sítio das ruínas

Ainda que a produção de açúcar nunca tenha paralisado, o comércio açucareiro enfrentou dificuldades devido à mesma produção nos engenhos do Nordeste, considerada mais vantajosa na época, devido à sua maior proximidade geográfica com a Europa. Por esse motivo, ao longo das décadas, a produção e o plantio migraram para o interior paulista, assegurando o açúcar como um produto de demanda elevada nas estatísticas de embarque pelo Porto de Santos.⁷

Desde os tempos da antiga Enguaguaçu até meados do século 19, as atividades de armazenagem e chegada de mercadorias no Porto de Santos ocorria por meio de estruturas rudimentares de madeira, as chamadas pontes (ou pranchas) onde ocorriam os procedimentos de atracação, embarque e desembarque de diversas mercadorias. A partir de 1850, essas pontes passaram a integrar-se com pequenos depósitos, chamados “Trapiches”⁸. Esses complexos de atracação não estavam necessariamente sob controle do governo, algumas dessas pontes possuíam caráter privado, vinculado a comerciantes estabelecidos na Vila de Santos.

Todos os equipamentos ligados as atividades de embarque e desembarque de mercadoria estavam regidas pela legislação marítima que definiu a necessidade dos trapiches possuírem acesso direto ao mar, rio ou canal para que facilitasse as atividades envolvidas. Esses trapiches eram compostos por armazéns, pátios e telheiros mal integrados às pontes (ou cais), portanto os produtos que desembarcavam no local, deveriam permanecer o menor tempo possível devido as condições precárias e os altos custos de armazenagem.⁹ Foi a partir de meados do século 19 que os armazéns passaram a contar com infraestruturas superiores se comparados às anteriores. Nesse momento, feitos de alvenaria e telheiros de metal, foram permitidos a conduzir as atividades de alfandegagem. Em 1868, existiam nove pontes em Santos, sendo a maior delas pertencente à Alfândega, se assemelhando a um pequeno cais flutuante.

não representa apenas a memória da produção açucareira via violência colonial, mas as narrativas de diferentes povos que marcaram o local.

⁷ Willians, Sergio. A História do Porto de Santos. Santos, 2024.

⁸ Os Trapiches, ainda no século XIX adentrando no século seguinte, foram espaços de disputas entre Companhia Docas e as elites locais, tendo em visto que a firma de Gaffrée e Guinle havia adquirido a concessão desses espaços para fins de melhoria na estrutura do Cais. As elites locais continuavam por insistir na manutenção das pontes já que poderiam continuar a exercer o domínio das exportações de um dos Portos mais influentes das Américas. Contudo, a Companhia Docas, ao recorrer o governo central sobre seus direitos de posse, destruiu as pontes e Trapiches. (Lanna, 1996)

⁹ Willians, Sergio. 2024.

Figura 1 – Porto de Santos próximo à Alfândega, em foto de Militão Augusto de Azevedo



Fonte: Novo Milênio. Disponível em: <[Novo Milênio: Santos - fotos antigas - O fim dos trapiches do porto, século XIX](#)> Acesso em: 4 nov. 2025

Ainda que as novas infraestruturas tenham se caracterizado por uma melhora, a necessidade da construção do novo cais se apoiava também em questões sanitárias, isso porque as pontes mal construídas contribuíam para retenção de lama que vinha com as marés, ocasionando epidemias de febre amarela, coqueluche, varíola entre outras doenças contagiosas. O Valongo, bairro localizado ao lado do Centro Histórico de Santos, sofria com as más condições sanitárias da época e foi considerado pelas elites uma região para fins comerciais, causando um êxodo para outros locais que surgiam na cidade. Com isso, se consolidava como habitação para trabalhadores, costumeiramente ligados às atividades portuárias, segregando de forma explícita os espaços urbanos. Além disso, as elites podiam se deslocar para Santos exclusivamente para fins de trabalho, visto que as condições locais eram precárias, tornando-se assim “lugar de ganhar a vida, de estar de passagem. Não um espaço para viver”, como analisa Lanna (1996).

2.1 Porto Organizado ao Porto do Café

Com o crescente movimento no Porto de Santos, o Governo Imperial encarregou a Comissão Hidráulica do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de realizar um levantamento da planta e elaborar um projeto para futuras obras, incluindo orçamentos, com o intuito de aprimorar as estruturas portuárias. Essa iniciativa visava atender às exigências da recém-criada Associação Comercial de Santos, fundada em 22 de dezembro de 1870. A limitação dos trapiches e armazéns em lidar com o alto volume de mercadorias, somada à pressão de empresários, comerciantes e da própria Associação Comercial devido à morosidade e prejuízos no embarque e desembarque, impulsionou o Governo Imperial a lançar novos editais de concorrência pública para a construção do porto.

A concessão para a modernização do Porto de Santos foi transferida, enfim, para o setor privado. Com a licitação em tramitação, a empresa se estabeleceu como Gaffrée, Guinle e Companhia. Com o decorrer do tempo a empresa se firmou como uma sociedade anônima chamada de Companhia Docas de Santos (CDS), marcando uma era das transformações portuárias santistas com o intuito de modernizar e tornar um dos portos mais influentes do mundo (Mello, 2007).

Em 1869, com a concessão da realização das obras portuárias, a empresa concessionária vencedora das licitações, Companhia Docas de Santos (CDS), tinha como direito, a expropriação de áreas essenciais para as obras de melhoria¹⁰. Por isso, a Companhia Docas obteve o direito de expropriar os terrenos que antes eram ocupados por trapicheiros, a fim de modernizar o cais, visto que os trapiches eram compostos por materiais rudimentares e frágeis que não puderam acompanhar o desenvolvimento portuário com as altas demandas de embarque e desembarque de mercadorias no Porto de Santos.

Diante das crescentes reivindicações e resistência dos trapicheiros em ceder seus espaços no cais santista, eles acabaram por perder a batalha judicial. Consequentemente, a Companhia Docas teve seus direitos de concessão assegurados em 1892 para dar prosseguimento aos planos de modernização portuária¹¹.

¹⁰ Barbosa, Maria Valéria. Dias, Nelson Santos. Cerqueira, Rita Márcia Martins. 2000.

¹¹ Barbosa, Maria Valéria. Dias, Nelson Santos. Cerqueira, Rita Márcia Martins. 2000.

Figura 2 – Weinschenck, o engenheiro chefe da construção do Porto Organizado de Santos e a pedra fundamental da obra



Fonte: *Perfect Daily Grind*. <Disponível em: <https://perfectdailygrind.com/pt/2022/05/17/a-historia-do-porto-de-santos-em-10-imagens/>> Acesso em: 16 jun. 2025

A influência do Porto de Santos se firmou no cenário econômico mundial após o cultivo e comércio de um grão esverdeado, o café. Esse grão ficou conhecido como o “ouro verde” brasileiro, determinando o status do país em uma das nações mais prósperas do século 19, como aponta o Willians (2024).

Com o aumento da produção do café em São Paulo, foram construídas a Estrada da Maioridade (1844) e a Estrada do Vergueiro (1862), redirecionando a rota cafeeira para o Porto de Santos, transformando o Cais de Santos, em “Porto do Café”. No período de 1885 a 1890, Santos registrou um marco na movimentação das sacas de café, marcando 40% das movimentações totais dos Portos no país. Após 1890, registrou 52,33% do total, movimentando 15,7 milhões de sacas, evidenciando uma crescente relevância de Santos para o comércio do café, consolidando o Porto do Café como um dos mais importantes e principais portos do mundo.

Contudo, como alega a historiadora Clotilde (2012) a cidade de Santos não estava equiparada para receber tamanha movimentação advinda das atividades portuárias. A urbanização acelerada trouxe consigo um comércio central dinâmico ao

mesmo tempo que trouxe crises de saúde pública. O aumento populacional, construções de habitações desenfreadas com condições insalubres, como cortiços e moradias superlotadas, devido a crescente atividade portuária que demandava um grande corpo de trabalhadores, foram palco de disseminação de doenças, expondo a realidade sanitária da cidade. As epidemias que já haviam assolado a cidade, como varíola, febre amarela, cólera e até mesmo peste bubônica, atingiram primordialmente e principalmente a população mais pobre que se alocava nas periferias e morros da cidade.

Com o crítico cenário assolando a cidade portuária, era necessário a realização de intervenções sanitárias. Pressionado, principalmente, pelo setor comercial-exportador de café e a Associação Comercial de Santos, o governo estadual interveio para que se mantivesse as condições necessárias para funcionamento do porto. O plano de saneamento foi proposto pelo engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Brito que visava solucionar o problema de saúde pública (Souza, 1914).

A questão sanitária havia sido, mesmo que sumariamente, resolvida, ainda que não para todas as regiões da cidade. O Porto, então, intensificou suas atividades e seus esforços foram direcionados para a modernização do cais santista. Com isso, a imigração se consolidou na cidade, principalmente para fins de trabalho portuário. A logística do café em Santos iniciava-se com o descarregamento dos grãos dos vagões de trem, que eram então armazenados em depósitos próximos à via férrea. Nesses locais, carroceiros e carreteiros aguardavam para distribuir o café por quase toda a cidade. A título de ilustrar as dinâmicas de distribuição do café, a imagem abaixo exprime a realidade socioeconômica e racial associada a esse processo. A representação da atual Rua do Comércio, local de moradia exclusiva da alta sociedade santista, como expõe o meu interlocutor, guia turístico e historiador, em uma ida ao centro histórico de Santos, serve como um contraponto visual que ressalta as disparidades sociais e a segregação racial e social da época.

Figura 3 – Carroceiros na Rua Santo Antônio (do Comércio) em cerca de 1910



Fonte: Novo Milênio. Disponível em: <[Novo Milênio: Santos - fotos antigas - O porto do café \(I-a\)](#)>. Acesso em: 16 jun. 2025

2.2 Saúde pública e desenvolvimento urbano às custas do apagamento histórico

Em muitas produções acadêmicas relacionadas ao Porto de Santos se relega a um segundo plano, ou nem isso, a historiografia da população negra. Por esse motivo, o subcapítulo é conduzido primordialmente a trazer à tona essas narrativas, buscando-se não apenas resgatar a memória de suas contribuições, mas também desafiar as omissões históricas e garantir coletivamente que o papel da população negra receba o devido reconhecimento na construção da identidade e prosperidade econômica de Santos.

Ao adotar essa perspectiva crítica sobre a historiografia, podemos desafiar as narrativas históricas que celebram apenas os vencedores. Embora os eventos do passado não possam ser alterados, nossa compreensão deles é flexível e pode ser continuamente revisitada com novas perspectivas. Essa releitura do passado permite a reconstrução da memória dos grupos oprimidos, que, ao se apropriarem de sua história de dominação, conseguem transformá-la em luta.

Torna-se fundamental, ao relatar a história da comunidade negra no Porto de Santos, retomar a própria história da cidade de Santos, incluindo suas ruínas. A cidade representa em seu próprio fim as relações sociais que a teciam, portanto é necessário que se retome a partir dessas relações, a história da cidade de Santos. Afinal, como relata a historiadora Ana Lúcia Duarte Lanna, no livro “Uma cidade na transição – Santos: 1870 – 1913”, a cidade de Santos se finda na transição da escravidão para a ascensão do capitalismo.

As demolições são fundamentais para entender a formação das cidades e a resistência das populações. O que é considerado obstáculo ao desenvolvimento, o que se preserva e o que é reconstruído revelam as intenções por trás do uso do espaço. Justificadas pelo poder da técnica, pelo triunfo da razão e do progresso, essas ações mostram, nos novos monumentos e nas ruínas, a sociedade e o cidadão que se deseja moldar. Nesse processo, a tecnologia se torna uma justificativa neutra para intervir, transformando a cidade em um alvo de planos, projetos e ações que parecem racionais e imparciais. As opiniões contrárias são classificadas como "atrasadas".

Sob a justificativa da necessidade de ampliação dos espaços e de um trânsito mais fluído, a cidade apagou seu passado escravista. As demolições não só derrubaram construções antigas, mas também realocaram e reorganizaram seus moradores. Com isso, a memória dos lugares e a forma de vida associada a eles foram desaparecendo. A troca de nomes de ruas e praças também serviu para este propósito, criando uma narrativa com heróis diferentes e apagando as lembranças do período colonial e da escravidão. Ainda que comunidade santista tenha decidido investir na conservação da memória da cidade, se deu no exato momento que inúmeros imóveis quinhentistas, seiscentistas e setecentistas estavam sendo destruídos segundo os interesses das elites.

Preocupada com a saúde pública e o desenvolvimento urbano, visto que o Porto necessitava de melhores infraestruturas para seu crescimento, a Câmara de Santos construía cemitérios e hospitais e propunha a retirada de vendedores ambulantes das ruas, quituteiras e quitandeiras além da construção de um mercado próximo ao porto. No entanto, muitos desses comércios de quitandeiras e quituteiras, cujos donos eram em grande parte famílias negras, desempenhavam um papel social fundamental: eles direcionavam os negros recém-chegados a Santos para o Quilombo do Jabaquara.

Nesse período, estava se constituindo a casa associada a noção burguesa de família em oposição ao mundo público, o qual o problema da habitação associa-se a práticas sociais e culturais. As demolições fizeram parte dessa ação conjunta em lidar com a formação do indivíduo e do “bom trabalhador” baseada nos valores da classe burguesa transformando seus valores em universais e pretensamente a-históricos (Lanna, 1996).

Ao tratar a questão da saúde como um problema político, moradias coletivas, como os cortiços, eram vistas como focos de doenças, tanto físicas quanto morais. A promiscuidade e o compartilhamento de espaços públicos e privados eram considerados obstáculos ao desenvolvimento de um espírito familiar e à privacidade. Esses dois elementos, por sua vez, eram tidos como essenciais para a formação de um “bom trabalhador”. A habitação era vista como um fator chave para o saneamento do indivíduo e estava diretamente ligada a um padrão de vida e civilidade burgueses¹². O plano era eliminar moradias coletivas, insalubres e promíscuas, principalmente no centro da cidade, e, ao mesmo tempo, moldar um novo tipo de cidadão a partir de um modo de morar mais higienizado.

As intervenções da Comissão Sanitária e a atuação da Câmara no sentido de controlar as edificações, o crescimento físico da cidade e a valorização dos terrenos e imóveis tiveram papel decisivo nestas transformações. As ações de despejos, cada vez mais frequentes a partir de 1892, são indicativas do movimento em curso. Os despejos e as demolições também afetaram as áreas de morro, especialmente aquelas onde foram construídos os barracos de madeira que serviram de refúgio para os negros que fugiram durante os anos finais da luta pela abolição (Lanna, 1996).

O Quilombo do Jabaquara se constituía materialmente por cortiços, construídos de madeira, palha e taipa de zinco. Nele se abrigavam, aproximadamente, 10 mil pessoas, se igualando ao número de negros escravizados libertos ou fugidos que estavam na cidade (Da Silva e Xavier, 2022). Os cortiços eram a forma característica de habitação popular nas grandes cidades brasileiras deste período e Santos se incluía justamente pelo Quilombo do Jabaquara que além de ser o maior da cidade,

¹² A casa própria já se consolidava como sonho para a classe trabalhadora santista. Este sonho comum foi realizado por alguns. Nos bens do inventário do Quintino de Lacerda, o líder dos chalés de madeira que foram comprados para os filhos Acelino e Sabina no bairro de Vila Macuco. Ainda que a estrutura desses chalés fosse precária para aos padrões desejáveis da época, foi uma forma da classe trabalhadora de realizar o sonho da casa própria. A prefeitura, ainda assim, tentava impedir esse tipo de construção alegando sua precariedade e insalubridade. (Lanna, 1996, p. 127)

se constituía como o segundo maior do Brasil, atrás, apenas, do Quilombo dos Palmares. Contudo, se constituíam também da precariedade com péssimas condições de vida da imensa maioria da classe trabalhadora (Lanna, 1996). O Quilombo era a primazia do que deveria ser demolido, visto que muitas pessoas viviam em condições precárias e aglomeradas, sem qualquer espírito de vida privada que era almejado pelas famílias burguesas para a formação de um “bom trabalhador”.

O local onde se encontrava o Quilombo do Jabaquara, no morro Jabaquara, pós abolição da escravidão, ainda se deparava com situações de despejos e demolições. Em 1898, o Benjamim Fontana, um homem branco da elite santista, um dos fundadores do Quilombo Jabaquara, reivindicou seu direito ao morro ao Major Quintino de Lacerda, líder negro do Quilombo, cobrador de aluguel e administrador, pedindo para que todos os imóveis que se localizavam no terreno de Fontana fossem desocupados em 24 horas, incluindo a casa de Lacerda, com a justificativa da “imperiosidade da sentença do inspetor sanitário que os mandou fechar para executar reformas várias” (Lanna, 1996, p. 209).

Para além das tentativas de alteração dos contratos de arrendamento, a ação da Comissão Sanitária atuou em inúmeros processos de expulsão e despejo com a justificativa da questão de salubridade, como fez com os moradores do morro do Jabaquara. A Companhia Docas também possuía interesse nessa área, visto que sua atuação interferia em todos os lugares da cidade com a motivação da expansão das obras do Porto, realizadas inclusive pelo contingente de homens negros que residiam no morro.

2.3 Quintino de Lacerda e o Quilombo do Jabaquara

Em 1880, Santos se consolidava como polo de negros escravizados à procura da liberdade via trabalho livre. O Porto, cada vez mais, se firmava como uma atividade comercial influente, tornando a cidade mais atraente para aqueles que estavam à procura de trabalho. Nos anos finais da escravidão de 3.000 a 10.000 negros escravizados fugidos se estabeleceram em Santos, especificamente nos Quilombo do Jabaquara, administrado pelo Major Quintino de Lacerda.

Quintino de Lacerda, em 1882, foi designado ao comando e organização da vida no Quilombo do Jabaquara, criado por um conjunto de comerciantes, profissionais liberais, abolicionistas e homens livres, como alternativa aos quintais,

porções das casas e sítios vizinhos. O objetivo era fazer com que a população negra, ex-escravizada que ali residia, trabalhasse nas diversas atividades da cidade e transformá-los em “bons trabalhadores”. Portanto, torna-se indiscutível a presença massiva da população negra nos diversos trabalhos que Santos oferecia, tal como carregadores, ensacadores de café, pedreiros, carroceiros, os homens negros libertos também trabalhavam em pequenas roças, situadas no morro do Jabaquara, abastecendo parte da cidade com os produtos agrícolas oriundos das lavouras.

Figura 4 – Quilombo do Jabaquara



Fonte: Site da Prefeitura de Santos. Disponível em: <[Santos reconhece quilombos do Pai Felipe e do Jabaquara como patrimônios culturais e históricos | Notícia | Prefeitura de Santos](#)> Acesso em: 03 set. 2025

Grandes grupos de trabalhadores eram liderados por Quintino de Lacerda, como os que trabalhavam nas pedreiras para suprir a demanda da Companhia Docas nas obras do porto ou os que estavam ocupados inseridos nos serviços urbanos e trabalhos do porto em geral, os quais Lacerda lutou para garantir salários a esses trabalhadores (Da Silva e Xavier, 2022). O Quilombo permanece, então, ligado à cidade por meio do líder quilombola Quintino, sendo além de um território negro, um território que compunha grande parte da força de trabalho da cidade (Lanna, 1996).

Embora a presença da população negra nos trabalhos essenciais para o desenvolvimento econômico de Santos seja indiscutível, é necessário questionar acerca do papel dos ditos abolicionistas na criação e motivação do Quilombo do

Jabaquara. Como alega a autora Lanna (1996), a “vocação para a liberdade” era denunciada incontáveis vezes como uma maneira ilícita de exploração e manutenção da escravidão, conseguindo dessa forma, mão de obra barata   necessidade de expansão da cidade litorânea. Contudo, o Quilombo se fez morada e se firmou como local de resistência, cultura e luta pela liberdade, influenciados e liderados por Quintino de Lacerda.

A caminhada pelo centro histórico de Santos, junto aos interlocutores, proporcionou uma compreensão profunda do papel de Quintino de Lacerda na expansão da cidade e do Porto. A interlocução de Augusta, guia de Afroturismo, sobre o assunto memória revelou a quão desconhecida   sua história para a população, evidenciando um silenciamento proposital. Foi em frente ao Morro do Jabaquara que a discussão se aprofundou. Nesse ponto, os interlocutores revelaram detalhes sobre a vida de Lacerda, um homem que foi muito mais que um abolicionista. A ironia da memória oficial se materializou em uma rua próxima, que levava seu nome, mas cuja placa reduzia seu papel a um único feito. Lacerda, o primeiro vereador negro do Brasil, figura central na resistência da população negra, foi despojado de sua complexidade, ressaltando como a história da cidade, muitas vezes, é contada de forma incompleta.

A figura de Quintino de Lacerda é fundamental para a história da comunidade negra em Santos. Ele conseguia manter o respeito tanto entre os negros libertos quanto com a elite santista, ajudando na transição para o trabalho livre com sua liderança. No entanto, sua aceitação pela elite não foi completa. Prova disso é que, quando eleito o primeiro vereador negro do Brasil, outros políticos da Câmara se recusaram a tomar posse. Foi preciso uma grande pressão popular para garantir que ele pudesse assumir seu cargo e se tornar mediador entre as elites e as classes trabalhadoras negras (Lanna, 1996).

Figura 5 – Reprodução parcial da matéria “Quilombo do Jabaquara” do jornal original



Fonte: Novo milênio. Disponível em: <[Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos: Os quilombos de Santos \(14\)](#)> Acesso em: 03 set. 2025

Ainda que Quintino tivesse assumido cargos que o tornassem um homem notável aos olhos de homens das elites, não foi suficiente para garantir a ele a propriedade da terra e moradia no Jabaquara, onde se localizava o Quilombo. Benjamim Fontana, como mencionado nos parágrafos acima, reivindicou as terras do Quilombo que alegava serem propriedade de Quintino, no ano de sua morte, em 1898 precisou responder judicialmente a uma ação de despejo arquitetada pela Comissão Sanitária. Além disso, as elites o consideravam um “bom negro”, de confiança e prestador de serviço, apenas e não mais que isso.

Se por um lado Quintino obtinha uma liberdade comedia pelas elites locais, por outro foi líder nato que garantiu para alguns a permanência nos terrenos da área do antigo Quilombo, protegendo-os contra grupos de trabalhadores e elites da época. O líder quilombola ao participar das resistências em seu território, defendeu o seu direito e da sua comunidade de permanecerem. Além disso, suas ações a pedido da elite branca e os laços que firmava eram pautadas na memória das lutas pela abolição.

Essa perspectiva é complementada pela visão de Léo, companheiro de Augusta, historiador e guia turístico. Ao longo de suas pesquisas, ele desafiou a sua própria interpretação comum sobre a relação de Quintino de Lacerda com a elite branca. Contrariando a ideia de uma subserviência, Léo, um homem branco, ao refletir sobre sua análise simplista, argumenta que a habilidade de Lacerda em navegar pelos círculos da alta sociedade da época era uma estratégia de sobrevivência. Sua

aproximação com os poderosos não representava uma traição à sua comunidade, mas sim uma tática de proteção, utilizando sua influência para resguardar os moradores do Quilombo do Jabaquara. A visão de Léo oferece uma compreensão mais matizada da complexidade das relações de poder e resistência, subvertendo a interpretação simplista de um líder que se rendeu ao sistema e destacando a genialidade de sua estratégia.

2.4 Às luzes da imigração: um apagamento histórico da comunidade negra em Santos

O apagamento histórico da contribuição da população negra, sequestrada de África na condição de escravizado, para economia santista condiz com as políticas do governo brasileiro de trazer um contingente de imigrantes brancos com mão de obra qualificada, relegando a população negra a uma posição de invisibilidade histórica, como afirma Abdias Nascimento. Para o autor, o incentivo à imigração europeia em massa, que, para ele, não era apenas uma estratégia econômica para suprir a mão de obra nas lavouras. Era, sobretudo, uma política racial para "diluir" a população negra, tornando o país mais "europeu". Aos negros, que compunham a grande maioria da força de trabalho, o Estado negou o acesso à terra, à educação e ao trabalho formal, forçando-os a viver na miséria e na informalidade (Nascimento, 1978).

Florestan Fernandes em "A integração do negro na sociedade de classes" ao analisar a situação da população negra após a abolição da escravidão explica que não foram dadas as condições necessárias a população negra de se integrar à sociedade para viver dignamente. Por esse motivo, se relegou a população um lugar marginalizado e subalternizado, transformando-os em "não-sujeitos" no regime de classes. Ao deixarem a população negra à própria sorte, a elite brasileira instituiu uma política de imigração em massa, trazendo trabalhadores europeus para ocupar os postos de trabalho.

Em Santos, a política de imigração foi implementada de forma clara, e a Abolição da escravidão, assim como a Proclamação da República, não trouxeram melhorias significativas de vida ou participação política para as classes populares, em especial a população negra. Os europeus eram vistos como os "bons trabalhadores". Um exemplo disso é o Código de Posturas de São Paulo de 1886: ele exigia que todos que buscassem emprego se registrassem na polícia, fornecendo nome, cor, idade e

emprego anterior. No entanto, um artigo posterior dispensava o registro para pessoas consideradas "livres ou estrangeiras", uma distinção que favorecia os imigrantes europeus em detrimento dos trabalhadores negros (Lanna, 1996).

O mito da "democracia racial" tenta negar a existência do racismo no Brasil, um país que por quase quatro séculos foi o maior importador de pessoas escravizadas de África. A elite brasileira, que revogou a escravidão a contragosto e por motivos econômicos, empurrou a população negra para a marginalidade. Em seguida, influenciada por ideais eugenistas, incentivou a imigração de europeus e asiáticos. Essa política visava substituir a mão de obra negra, considerada indigna de remuneração, por uma mão de obra estrangeira. Enquanto os imigrantes eram integrados ao mercado de trabalho formal, os negros recém-libertos foram relegados ao trabalho precário e marginal. O mito da democracia racial ignora esses fatos históricos e afirma, de maneira equivocada, que o racismo não é um problema estrutural da sociedade brasileira.

A política de branqueamento e europeização no Brasil, ao mesmo tempo que escondia as diferenças sociais entre os próprios imigrantes, justificava os altos investimentos feitos para atraí-los. Mesmo que muitos desses imigrantes pobres fossem vistos como "arruaceiros e vagabundos", as elites brasileiras se esforçaram para criar uma imagem que os preservasse como símbolos de civilidade e sofisticação. A princípio a política imigratória definida no Império e mantida na República, subvencionava as passagens dos imigrantes vindo sob contrato para trabalhar nas lavouras. Entretanto, os imigrantes, sobretudo, portugueses que findaram suas vidas na cidade, foram por conta própria, como relata Carlos Vitorino, em 1870, ao observar diante de suas janelas o "desfile da imigração portuguesa" (1904, p. 24).

Diferentemente de São Paulo, cidades portuárias como Rio de Janeiro e Salvador absorveram de imediato a mão de obra negra, tanto escravizada quanto livre, em diversas atividades (Fernandes, 1965). Santos seguiu um padrão semelhante, onde a população negra, liderada por figuras como Quintino de Lacerda, atuou em vários setores. Negros aquilombados trabalhavam nas pedreiras do Jabaquara e como carregadores de café, enquanto os escravizados laboravam nos armazéns e trapiches sob a supervisão dos senhores da elite santista. Contudo, havia uma clara diferença no tratamento dado aos negros e aos imigrantes. A população aquilombada frequentemente não recebia salários justos, enfrentava despejos

violentos e era alvo de brutalidade policial. Apesar de muitos imigrantes também viverem em condições de pobreza e marginalização, inclusive taxados de “vagamundos e arruaceiros”, eles se beneficiavam de um tratamento preferencial em relação ao trabalho, à moradia e às oportunidades de forma geral (Lanna, 1996).

2.5 A Travessa Anísio José da Costa

Ao incluir a pesquisa de campo como parte necessária a esse projeto, pude ter conhecimento acerca de uma figura emblemática, ainda que pouco conhecida, chamado Anísio José da Costa. Ao andar pelas ruas do Centro Histórico de Santos, especificamente na Travessa Anísio de José da Costa, em uma caminhada guiada pela minha interlocutora voltada ao conhecimento dos Quilombos da história santista, chamou atenção sobre figuras importantes, como Anísio, que me instigou a conhecer mais de perto sua história. Nascido em Angola, ele foi escravizado e, ainda em cativeiro, fugiu para o Quilombo do Jabaquara, na cidade de Santos, onde viveu até o fim da escravidão. Foi por conta da guia de Afroturismo em Santos e responsável pelo projeto Mochilando Afroculturas, Augusta França e Léo de Oliveira, que a memória de seu Anísio foi firmada.

A antiga travessa da Rua do Comércio, que hoje leva o nome de Anísio José da Costa, era uma homenagem a Manoel Joaquim Ferreira Netto, o Comendador Netto. Esse comerciante e construtor local, que construiu e morou na famosa Casa da Frontaria Azulejada, enriqueceu com o tráfico da população de África escravizadas, mantendo cerca de 217 africanos em sua propriedade (Saad, 2025).

Figura 6 – Foto Travessa Anísio José da Costa



Fonte: Juicy Santos. Disponível em: <[De dono de senzala a quilombola: rua de Santos vira exemplo de reparação histórica | Juicy Santos](#)> Acesso em: 03 set. 2025

Após a abolição, Anísio, conhecido popularmente como Maninho, trabalhou no Porto de Santos como ensacador e carregador de café até seus 108 anos, vivendo até os 110 anos, quando faleceu em 1940. No livro de registro do Sindicato dos Ensacadores, o nome de Maninho aparece em 1935. Aos 105 anos de idade, o negro ex-escravizado ainda carregava sacas de café no Porto de Santos. Trabalhava em uma empresa chamada Procópio Carvalho S/A. Conhecido como "macróbio" por sua grande vitalidade, ele chegou a formar uma nova família aos 90 anos, tendo sete filhos. Uma de suas filhas, Helena, foi a última descendente de primeiro grau de uma pessoa escravizada ainda viva no Brasil em 2025, infelizmente morreu no começo do mesmo ano (Saad, 2025).

Figura 7 – Foto reprodução da A tribuna noticiando a morte de Anísio José da Costa



Fonte: Novo Milênio. Disponível em: <[Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos: Os quilombos de Santos - Um escravo na Rua da Liberdade \(16-B\)](#)> Acesso em: 03 set. 2025

A trajetória de Anísio personifica o projeto consistente e cruel do Estado brasileiro, administrado por colonizadores brancos e seus descendentes, em relegar às pessoas negras o lugar subalterno e marginalizado dentro da sociedade de classes. Ainda que através do projeto de lei de Débora Camilo (PSOL), apresentado em setembro de 2024, reivindicado pelos esforços do movimento negro santista, tenha representado a luta por justiça e reconhecimento da história afro-brasileira na cidade de Santos, fica aparente as condições relegadas à população negra mesmo após a abolição. Exemplifica também o apagamento histórico dos trabalhadores negros no Porto de Santos, visto que a narrativa do imigrante branco como principal trabalhador da cidade, permanece a luz do dia. Tal como denuncia Nascimento (1978), a política do Estado, ao longo do tempo, tem sido uma forma de genocídio contra a população negra, não apenas por meio da violência física, mas também pela exclusão sistemática e simbólica.

As transformações sociais sempre beneficiaram as classes dominantes. Os grupos marginalizados, por outro lado, foram condenados a lidar com os mesmos

problemas estruturais, sendo forçados ao esquecimento de suas próprias histórias. Ao exaltar símbolos como Comendador Netto, escravista, a narrativa das elites brancas é validada, enquanto a história de negros e indígenas é empurrada para a marginalidade e o apagamento histórico. “A rememoração, portanto, assume significância, uma vez que a dinâmica faz com que a memória e a história se tornem planos de controvérsias conceituais já que é nelas que se resguardam as versões não oficiais da História” (Santos, 2023, p. 33).

CAPÍTULO 3 – MEMÓRIAS DO TRABALHO FEMININO NO PORTO DE SANTOS E SEUS ARREDORES

3.1 Pianistas de Armazém: O cotidiano feminino na catação de café

Este último capítulo se debruça sobre a face mais invisível da história do trabalho no Porto de Santos: a contribuição das mulheres, e de modo crucial, das mulheres negras. Se a historiografia já aponta para um apagamento histórico da contribuição forçada de homens negros, muitos deles escravizados, visto no capítulo anterior, a mulher negra ocupa a base piramidal dessa invisibilidade. Sua existência e seu labor não foram apenas negligenciados, mas ativamente tornados invisíveis por um sistema que se estrutura nas intersecções da violência de gênero, classe e raça. A invisibilização do trabalho feminino no porto, seja ele direto, no cais, ou indireto, na retaguarda da atividade portuária, é um sintoma de como a narrativa de desenvolvimento da cidade de Santos foi construída sobre a exclusão sistemática.

A centralidade da mulher negra nesta análise é o que nos permitiu, de fato, alcançar a questão da invisibilidade histórica dos grupos marginalizados no desenvolvimento de Santos. Ao focar nesse grupo específico, expomos como as engrenagens da marginalização funcionam em sua potência máxima. A ausência de seus nomes, suas histórias e seus esforços nos registros oficiais não é um acidente, mas o reflexo de estruturas que, historicamente, se empenharam em silenciar e apagar aqueles que não se encaixam no ideal masculino, branco e hegemônico do trabalhador portuário. Este capítulo busca, portanto, romper com esse silêncio e trazer à luz as experiências e a importância dessas mulheres, fundamentalmente, na história de desenvolvimento não apenas do Porto, mas da cidade de Santos.

A investigação sobre o trabalho invisibilizado das mulheres no Porto de Santos encontra uma fonte valiosa no *podcast* "Lendárias e Portuárias", do canal Juicy Santos, mais especificamente no episódio "O papel esquecido das mulheres no Porto de Santos". Nesse contexto, as pesquisadoras Angela Bonard Micci e Lídia Maria de Melo compartilham suas descobertas, destacando a figura das catadeiras de café. Conforme argumenta Angela, a crescente demanda global por café de qualidade, em um período anterior à mecanização, tornou fundamental a seleção manual dos grãos. Ela revela que as mulheres eram escaladas para essa função por possuírem "mãos mais ágeis," uma habilidade que lhes rendeu o nome de "pianistas" de armazém. Este

trabalho, que consistia em selecionar e excluir os grãos defeituosos, marca a primeira inserção feminina documentada dentro da estrutura portuária, nos armazéns, com datações desde 1903. Contudo, há datações desse trabalho desde o início do século 19, realizado em grandes fazendas ou usinas de café, geralmente realizado por mulheres escravizadas. Conforme argumenta Matos (1996), a mão de obra feminina era preferencialmente buscada devido à associação de atributos vinculados ao seu lugar subordinado na família, "a submissão e a paciência, o cuidado e a docilidade" (Matos, 1996).

Desta forma, a subordinação de gênero se convertia em uma vantagem operacional para os exploradores, garantindo a permanência de um trabalho braçal intensivo, barato e dócil. Historicamente, muitas dessas trabalhadoras não eram casadas, ou eram meninas jovens que buscavam complementar a renda familiar, exercendo o trabalho em ambientes insalubres, muitas vezes acompanhadas de seus filhos, o que reforça a complexa intersecção entre trabalho, classe e gênero no contexto portuário.

Figura 8 – Catadeiras de café trabalhando em armazém



Fonte: Museu do Café. Disponível: <[Catadeiras de café trabalhando em armazém. - Theodor Preising — Google Arts & Culture](#)> Acesso em: 22 out. 2025

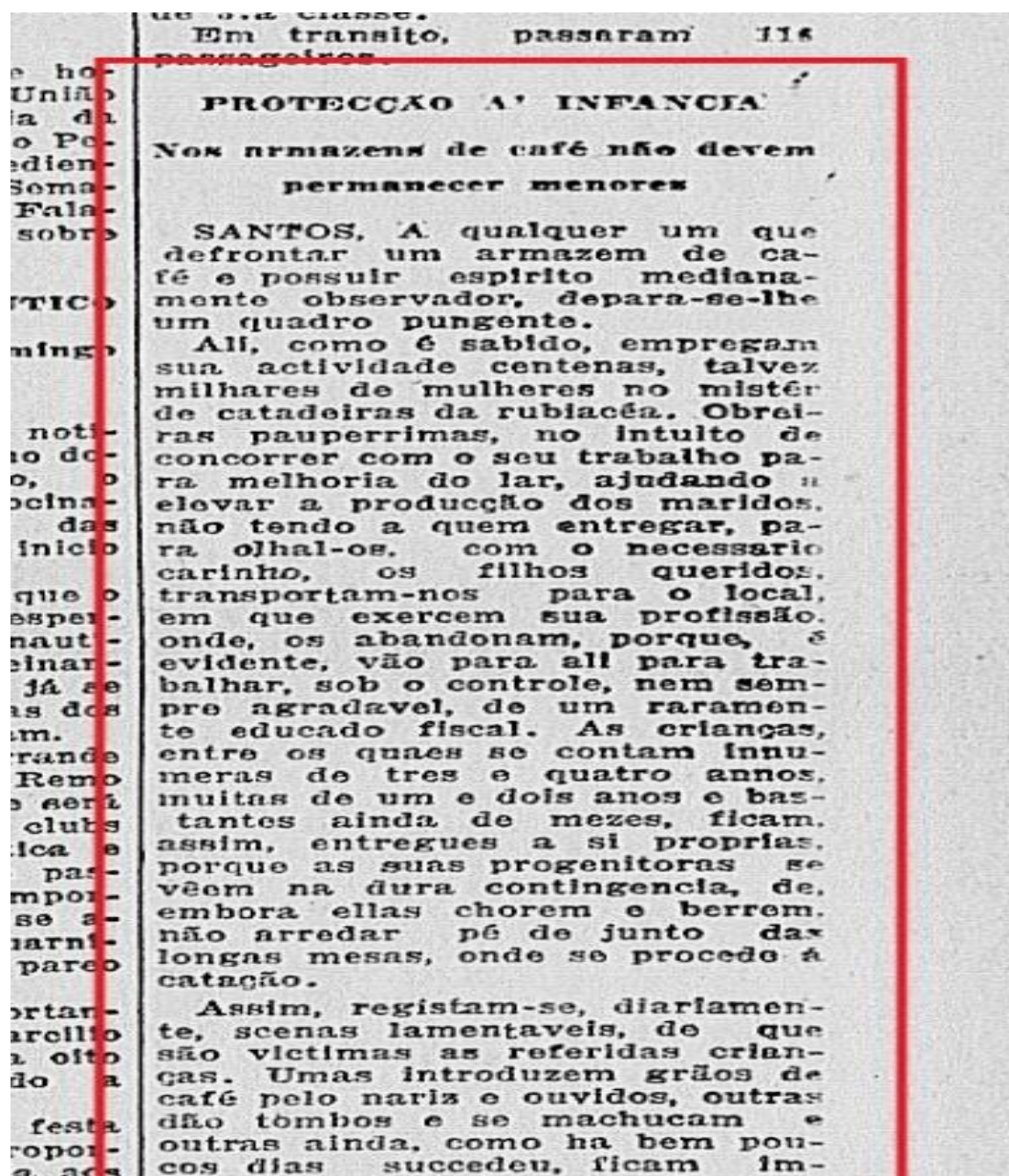
A profundidade das experiências e o cotidiano da catação de café ganham visibilidade através da exposição virtual do Museu do Café (2013), intitulada "Pianistas

de Armazém: Trabalho Feminino na Catação de Café". A partir de depoimentos coletados pela instituição entre 2011 e 2013 junto a catadeiras e outros profissionais, é possível delinear as particularidades dessa atividade. O trabalho era unanimemente descrito como penoso e mal remunerado, mesmo em comparação a outras ocupações consideradas femininas. Seu caráter sazonal e, geralmente, informal, atendia à realidade de mulheres das camadas mais pobres, residentes da região central ou dos morros, que enfrentavam o desemprego ou a dificuldade de acesso a trabalhos mais estáveis, como argumenta Margareth Rago, ao analisar representação de trabalhadoras na primeira metade do século 20:

"Já as mulheres pobres aparecem na condição de trabalhadoras extremamente exploradas, que denunciam o rebaixamento salarial em relação aos homens trabalhadores. "Catadeiras de Café", por exemplo, não vêem perspectivas de melhorar a sorte, ao contrário daqueles: "Trabalho de mulher nunca vai adiante.", afirma uma delas, "A gente ganha uma miséria em toda parte. Nunca soube de catadeira de café que tivesse alguns cobrinhos" (Rago,2005).

Outra característica marcante era a possibilidade da presença de crianças no armazém, permitindo que muitas trabalhadoras, que eram mães, concilhassem a maternidade com a necessidade de sustento. De fato, as memórias frequentemente se iniciam na infância, seja no brincar dentro do armazém, seja no auxílio direto à mãe na função. A escolha por armazéns com maior remuneração, melhores patrões ou cafés mais limpos são algumas das estratégias de sobrevivência registradas, que explicitam a complexidade e a agência feminina diante de um cenário de precariedade.

Figura 9 – Matéria no Jornal Correio Paulistano – “Proteção à infância – Nos armazéns de café não devem permanecer menores”



Fonte: Museu do Café. Disponível em: < [Matéria do jornal Correio Paulistano \(SP\). Acervo Biblioteca Nacional. - Biblioteca Nacional — Google Arts & Culture](#) > Acesso em: 22 out. 2025

A necessidade de conciliar a catação com a maternidade, na ausência de qualquer suporte, revela que a sociedade brasileira não foi meramente omissa, mas estruturalmente hostil à mulher mãe e pobre. Esse fato cotidiano encontra sua explicação na tripla dominação de classe, gênero e raça, conforme analisada por Heleieth Saffioti (1997), que desmantela a ideia de que a mulher seria apenas vítima do patriarcado. O sistema, de fato, se apoiava nela. Assim, enquanto os jornais podiam registrar com uma nota fria os riscos de crianças em meio a sacas e grãos, um registro da crise, mas nunca de sua causa, o que o Porto exigia era o silêncio e o

sacrifício. O risco de acidentes e o fardo do cuidado eram, em essência, o custo oculto transferido para o corpo da mãe, garantindo que a rentabilidade do café não fosse "contaminada" por despesas sociais. A pureza dos grãos ensacados era, em última instância, mais valiosa que a segurança das vidas ali presentes.

A invisibilidade histórica e a desvalorização do trabalho feminino, discutidas anteriormente através da figura das "pianistas", ganham profundidade e vivacidade ao serem acessadas pela ótica da experiência. A partir da vivência dessas mulheres, as narrativas pessoais coletadas pelo Museu do Café entre 2011 e 2013 revelam o cotidiano do armazém. Um desses depoimentos é o de Maria Dias Carvalho, nascida em 1949, que acompanhou a mãe na catação de café e, em sua memória, descreve o dia a dia naquele ambiente. Sua fala ilustra o quão indissociáveis eram o labor precário, a informalidade do sustento e a presença da vida familiar:

"Tinha horário para entrar, acredito que era umas oito horas que entravam e a gente ficava o dia todo ali. A gente levava as marmitas, catávamos café e tínhamos horário de almoço. Todo mundo parava, almoçava e descansava nas sacas de café, depois trabalhava até umas seis horas. Catação de café acontecia quando chegava os sacos de café, bons ou maus, e as mulheres tinham as mesas compridas de madeiras com divisórias, tinham os banquinhos e nas mesas tinham os espaços para pôr os sacos e se levantavam os sacos de 60kg em duas, colocavam nos banquinhos e viravam em cima da mesa. O saco ficava de pé, colocava-se um pauzinho para levantar e para o café escorrer e tinha-se o avental, catava manualmente, como se tivesse catando feijão hoje em dia" (Carvalho, 2013).

Maria Dias Carvalho complementa sua descrição do cotidiano ao detalhar a lógica da produtividade e da remuneração, que regiam o ritmo de trabalho nos armazéns. A velocidade da catação dependia diretamente da qualidade do grão: ela relata que, quando se tratava do "café bom", como o da "Mogiana", as catadeiras conseguiam finalizar um saco em apenas "quinze minutos, vinte minutos." Visto que o pagamento era realizado por saco catado, a agilidade não era apenas uma questão de destreza, mas sim uma estratégia de sobrevivência econômica, pois quanto maior o número de sacos com grãos limpos, maior era o ganho diário das mulheres (Carvalho, 2013).

Em congruência ao que Carvalho (2013) nos revela diante do dia a dia das catadeiras, Ayrton de Souza Ferreira, nascido em 1930 e que trabalhou em uma firma exportadora, relata que, no bairro do Valongo, havia casarões alugados por homens que exploravam o setor da catação de café, inclusive os armazéns enumerados como 13, 14, 15 e 16 eram pertencentes a Companhia Docas de Santos que alugavam os

mesmos. Qualquer um que tivesse sacas de café e necessitasse dos serviços de separação dos grãos, alocava suas sacas nesses espaços, onde permaneciam em torno de cinquenta catadeiras de café, realizando o serviço de forma totalmente manual. Ainda,

aqui em Santos, além dos armazéns gerais, existia uma classe que se chamava catadores, que trabalhava muita gente. E qual era a vantagem? Esse pessoal não era registrado. Vantagem, eu digo, não na parte social, mas acontece que as catadeiras eram donas de casa e tinham outras ocupações. Elas não tinham hora pra chegar e pra sair, e então era um ganho para elas, extra, que ajudava muito (Ferreira, 2013).

Cabe introduzir ao entendimento da dinâmica portuária em relação às mulheres “pianistas” uma análise da cultura urbana santista que revela a mulher, fosse ela negra, indígena ou imigrante, não apenas como uma coadjuvante, mas como o próprio eixo de sustentação da vida social e econômica, exercendo um papel de resistência inegável em múltiplos espaços: no domicílio, na cidade e nas atividades anexas ao Porto (Matos, 2004).

Matos (1996) complementa a discussão, ainda que se refira a indústria têxtil de sacaria de juta, ao argumentar que as características gestuais empregadas nessa atividade, sobretudo os movimentos minuciosos e repetitivos dos braços e das mãos, guardavam uma similaridade notável com as tarefas domésticas rotineiras das mulheres. Essa transferência de habilidades conferia a elas uma vantagem comparativa em relação aos homens. Além disso, “não poderiam ser vistas como operárias não qualificadas ou trabalhadoras manuais mal-formadas; ao contrário, possuíam uma formação adaptada às atividades [...]” (Matos, 1996, p.73).

Ferreira (2013) explica que o labor da catação de café se dava como um ganho extra afim de ajudar na própria casa, mas se dava, também, pela instabilidade do trabalho portuário. A proximidade residencial e o ritmo sazonal e irregular das operações do porto criavam incertezas, impactando a rotina doméstica e, sobretudo, o orçamento familiar. Essa flutuação salarial constante, somada aos efeitos físicos debilitantes do trabalho masculino, com estivadores e doqueiros frequentemente acometidos por “colunas arqueadas e os pulmões corroídos”, levando ao abandono precoce da atividade, impunha às mulheres a responsabilidade de amortecer a crise financeira familiar e garantir a subsistência.

A experiência de Benedita Ribeiro dos Santos, nascida em 1902 e neta de escravizados, serve como o ponto de convergência dessas forças. Sua memória não é apenas um registro pessoal, mas um testemunho histórico que personifica a interseccionalidade entre a invisibilidade e o trabalho. Sendo neta de escravizados, a sua trajetória já se inicia na base piramidal da estrutura social, onde as condições de raça e classe a colocam nas piores formas de exploração. Seu relato, que segue, transcende a mera descrição de tarefas para revelar o custo físico e social do trabalho feminino em Santos:

“Trabalhei trinta anos como catadora de café num armazém, às vezes eu ficava a noite inteira catando café. Quando um navio tinha que sair de manhã carregado de café eu trabalhava a noite inteira. Foi o último trabalho que eu tive. Eu trabalhei lá muitos anos até me aposentar. Mas o salário era ruim, pior do que nas lavanderias a vapor. Eu trabalhei muito tempo nas lavanderias a vapor também. Nós lavávamos as roupas dos navios e mandávamos de volta a bordo limpas e engomadas, eu trabalhava com um ferro elétrico e pesado... Nas lavanderias, a gente tinha muito trabalho. Eu entrava às sete horas da manhã, parava só pra almoçar e saía às seis da tarde. Quando eu voltava pra casa, eu ainda levava roupa pra lavar e passar por minha conta. Eu pegava esta roupa lá na zona, onde ficava aquela fila de casas de mulheres no cais. Elas usavam saias armadas. Eu passava lá bem cedinho, de manhã, antes de ir pro meu trabalho” (Santos apud Matos, 2004).

A estrutura organizacional dos armazéns de catação, marcada pela total ausência de mulheres em cargos de supervisão, deve ser interpretada como um mecanismo intencional de incorporação e controle do trabalho feminino. Em toda a linha de produção, desde o trabalho braçal minucioso até a gestão hierárquica, a liderança permanecia estritamente masculina, a cargo do dono do armazém ou de um caixeiro. Essa hierarquia rígida e excludente reflete o que Matos (1996) descreve como uma busca por mão de obra cujos "atributos" fossem intrinsecamente ligados ao seu lugar de subordinação na instituição familiar. Com efeito, qualidades como a "submissão e a paciência, o cuidado e a docilidade" (Matos, 1996, p. 73) eram instrumentalizadas pelo sistema. Assim, a posição social da mulher no âmbito privado era convertida em vantagem operacional no mercado de trabalho, garantindo um contingente de trabalhadoras, crucialmente, com baixíssimo salário, reafirmando que a exploração econômica e a dominação de gênero caminhavam lado a lado.

A ausência de mulheres em cargos de supervisão, bem como ausência de boas condições de trabalho, não eram apenas uma questão de dominação de gênero, mas era reforçada pelo que Maria Aparecida Silva Bento (2002) denomina Pacto Narcísico

da Branquitude. Este pacto atua como um acordo tácito e (in)consciente entre indivíduos brancos para manter os privilégios raciais e as posições de poder dentro das organizações. No contexto dos armazéns, os homens brancos que detinham a posse e a gerência do capital (donos e caixeiros) não apenas se beneficiavam da subordinação de gênero, mas também garantiam, por meio desse pacto, que a mão de obra negra e feminina permanecesse rigidamente confinada aos postos de execução mais precarizados.

Dessa forma, a mulher negra na catação de café sofria uma dupla subordinação. Por um lado, estava submetida à hierarquia de gênero, que valorizava sua docilidade e a excluía da supervisão; por outro, estava sujeita ao racismo estrutural, que a associava aos postos mais baixos de remuneração e visibilidade, uma dinâmica amplamente documentada por Cida Bento em sua análise das organizações.

A análise do trabalho da mulher negra, conforme postulada por Lélia Gonzalez (1984), demonstra que a tradicional dicotomia entre o trabalho produtivo (remunerado) e o trabalho reprodutivo (doméstico) constitui uma ficção estrutural em sua experiência. O caso de Benedita Ribeiro dos Santos é uma ilustração empírica dessa tese, ao revelar que, após cumprir a jornada em lavanderias ou armazéns, ela prosseguia com atividades de lavar e passar roupas no âmbito doméstico. Ainda, a autora argumenta que essa dupla ou tripla jornada transcende a esfera da escolha individual, configurando-se como uma imposição estrutural destinada a garantir a reprodução da força de trabalho social a um custo minimizado, visto que o trabalho não remunerado ou precarizado da mulher negra supre as carências do sistema capitalista e racista.

“O racismo [...] denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (González, 2018, p. 98).

Dessa forma, o racismo e o sexismo transcendem a dimensão de preconceitos individuais para se estabelecerem como componentes intrínsecos à estrutura objetiva das relações de poder. Dessa forma, ambos se convertem em elementos constitutivos das relações ideológicas e políticas do sistema capitalista, sendo cruciais para a

contínua reprodução da divisão sexual e racial do trabalho. Para a autora, a herança da escravização não foi meramente dissolvida pela ascensão do capitalismo no Brasil; pelo contrário, o conteúdo racial foi reconfigurado e permaneceu incrustado na formação estrutural e ideológica do sistema dominante. Essa persistência é particularmente acentuada no contexto brasileiro de capitalismo dependente, onde a exploração máxima de grupos subalternizados é fundamental para a manutenção da acumulação de capital.

Em última análise, a projeção de Santos no cenário econômico mundial, que se firmou no cultivo e comércio do café, o aclamado "ouro verde" brasileiro que determinou o *status* próspero do país no século XIX, como aponta Willians (2024), foi construída sobre um alicerce de exploração e invisibilidade. O crescimento exponencial da cidade e a monumental acumulação de capital ocorreram às custas de trabalhadores mal remunerados e desprovidos de reconhecimento. Neste contexto, as catadoras de café, mulheres imigrantes, negras e pobres, submetidas à tripla dominação (Saffioti, 1997) e confinadas à base da pirâmide por pactos de racismo e sexismo (Bento, 2002), merecem o título de verdadeiras responsáveis pela fama do café brasileiro no exterior. Seu trabalho braçal, meticuloso e interminável, era a etapa final e decisiva para que apenas os grãos de excelência fossem exportados, garantindo a qualidade que fixou o padrão do produto nacional no mercado global. A história da riqueza do café em Santos é, portanto, inseparável da história silenciada de sua labuta.

3.2 Ao redor do Porto

A exigência de garantir a estabilidade do orçamento familiar, frente aos baixos e incertos ganhos do Porto, impulsionava as mulheres a um regime de renda complementar e ocasional. Essa busca levava à realização de atividades que se tornavam alternativas cruciais por permitirem a combinação entre o trabalho remunerado e as atividades domésticas tornadas inerentes aos seus papéis de mãe e esposa. Tais mulheres ocupavam uma vasta gama de funções tradicionalmente femininas, como cozinheiras, arrumadeiras, copeiras, lavadeiras e passadeiras (Matos, 2004).

Contudo, a principal preferência recaía sobre os serviços que pudessem ser realizados no próprio domicílio, otimizando a conciliação das responsabilidades

domésticas. Por esta razão, muitas se dedicavam à produção artesanal ou de alimentos, tornando-se doceiras, bordadeiras, floristas, costureiras, tricoteiras ou engomadeiras. Além disso, destacava-se a participação ativa e intensa no comércio de alimentos, negociando itens essenciais como galinhas, ovos, verduras, legumes e frutas (Matos, 2004). Essa diversificação de ocupações não apenas supria a deficiência salarial do marido portuário, mas também reforçava o papel da mulher como a principal gestora e executora da sobrevivência familiar no contexto da economia de Santos.

A investigação de campo, conduzida na Praça da Alfândega, localizada no centro de Santos, e inserida no contexto da caminhada temática "Mulheres negras: Histórias e memórias do cotidiano santista," revelou uma função histórica crucial dos espaços de comércio feminino. Durante esta etapa da pesquisa, os interlocutores Augusta e Leo, citados previamente como agentes relevantes para a execução deste trabalho, elucidaram o papel estratégico das quitandas no tecido urbano e nas redes de resistência. Tais estabelecimentos, notadamente geridos por mulheres, inclusive muitos deles conhecidos pelo nome de suas proprietárias, não funcionavam apenas como pontos de comércio, mas como redes de apoio e orientação. Por meio desses balcões, chegavam informações e direções cruciais para indivíduos negros escravizados em busca de refúgio nos quilombos. Ademais, mesmo após o término formal da escravidão na cidade, as quitandas mantiveram e expandiram sua relevância, consolidando-se como uma alternativa econômica fundamental para o sustento de famílias que necessitavam de autonomia e estabilidade financeira.

Com isso, embora a contribuição da mulher santista não estivesse sempre ligada ao trabalho direto no cais, sua vida e sua labuta se desenvolviam crucialmente sob a luz do ganho indireto gerado pela movimentação do Porto de Santos. Essa dinâmica estabeleceu uma relação paradoxal: ao mesmo tempo que dependiam da instabilidade e da sazonalidade da atividade portuária para a sua sobrevivência, eram essas mulheres, nas quitandas, na catação, na lavagem de roupas ou no comércio de alimentos, que movimentavam de fato a economia urbana da cidade. Elas garantiam a logística de apoio, provendo bens e serviços para os trabalhadores do porto e suas famílias. Além disso, em épocas hostis, esses espaços femininos (as quitandas) serviram como pontos estratégicos para a liberdade, orientando escravizados em direção aos quilombos. A mulher, portanto, não apenas absorveu os impactos do capital portuário, mas também se afirmou como o eixo vital da resistência e da

circulação econômica da cidade, comprovando que o desenvolvimento de Santos é inseparável de sua capacidade de trabalho, suporte e luta.

Paralelamente à circulação econômica das quitandas, a lavagem de roupas constituía outra atividade de suporte logístico crucial, demandada tanto pelas famílias abastadas quanto, de forma intensificada, pelo grande volume de roupas de bordo dos navios em trânsito no Porto de Santos. Conforme a análise de Matos (2004), essa função, exercida em grande parte por mulheres imigrantes ou chefes de família, demonstrava-se vital para o ritmo portuário. Para maximizar as fontes de subsistência e prover recursos monetários adicionais, essas mulheres estendiam e reproduziam as ocupações desenvolvidas no âmbito doméstico, lavar, passar e engomar, como uma ocupação remunerada. A necessidade por sobrevivência resultava em uma jornada de trabalho exaustiva e longa, com retornos financeiros baixos. No entanto, sua agilidade em garantir o retorno das roupas limpas aos navios conferia a essas lavadeiras um papel invisibilizado de engrenagem essencial na manutenção do fluxo de pessoas e do próprio ciclo de negócios do café.

Figura 10 – As lavadeiras registradas pelas lentes de Guilherme Gaensly, em postal circulado em 1904¹³



Fonte: Garoa Histórica. Disponível em: <[GAROA HISTÓRICA: Rio Tamanduateí](#)> Acesso em: 24 out. 2025

¹³ A imagem adicionada ao trabalho refere-se as lavadeiras da cidade de São Paulo, visto que não há imagens registradas das lavadeiras na cidade de Santos.

A pesquisa de campo, materializada na caminhada temática "Mulheres Negras: Histórias e memórias do cotidiano santista" com os guias de Afroturismo Augusta e Leo, evidenciou a geografia da sobrevivência e da sociabilidade feminina em Santos. Próximo ao morro Monte Serrat, no centro histórico de Santos, especificamente na Fonte Iitororó, nascente histórica localizada no sopé do Monte Serrat, os interlocutores apontaram o local do rio, atualmente concretado pelo avanço da urbanização, como o ponto histórico de encontro e labor das lavadeiras. Neste local, mulheres negras e imigrantes dedicavam longas jornadas para deixar as roupas dos portuários brancas novamente.

Contudo, a rotina laboral transcendia a simples limpeza. Conforme Matos (2004), o trabalho era permeado pela sociabilidade coletiva, onde as lavadeiras tagarelavam, discutiam problemas da vizinhança e, crucialmente, agiam como guardiãs culturais. No ritual da lavagem, transmitiam e mantinham vivas as tradições, como receitas, remédios, histórias e rezas. Dessa forma, o esforço coletivo revigorava vínculos de vizinhança e camaradagem que, ao mesmo tempo que proporcionavam lazer e solidariedade material e afetiva, também funcionavam como um mecanismo de "controle e regulação das condutas e procedimentos" (Matos, 2004). A margem do Rio Iitororó, portanto, era um espaço de produção econômica para sobrevivência e de reprodução cultural.

A urgência de sanear Santos, cronicamente assolada por epidemias que ameaçavam o fluxo de capital e o contingente de trabalhadores que o Porto atraía, transformou a saúde pública em um instrumento de reorganização urbana e disciplina social¹⁴. A construção do porto e o saneamento da cidade foram, portanto, obras intrinsecamente ligadas, movidas pela necessidade de viabilizar a expansão do "ouro verde." Neste contexto, as lavadeiras foram alvo de uma intensa campanha de criminalização higienista. As autoridades sanitárias, aliadas à Cia. Docas de Santos, alegavam que a mistura das roupas de "todas as gentes" nas lavagens e o

¹⁴ Como citado anteriormente no Capítulo 2 desse trabalho, subcapítulo 2.2 Saúde pública e desenvolvimento urbano às custas do apagamento histórico, A preocupação da Câmara de Santos com a saúde pública e o desenvolvimento urbano era, fundamentalmente, um projeto de controle e qualificação da mão de obra necessária ao crescimento do Porto. A saúde, tratada como um problema político, associava moradias coletivas, os cortiços, não apenas a doenças físicas, mas também a "doenças morais." A alegada promiscuidade e o compartilhamento de espaços eram tidos como obstáculos à formação de um bom trabalhador (Lanna, 1996), cujo perfil ideal estava atrelado ao padrão de vida e civilidade burgueses.

escoamento da água suja propagavam as pestes oriundas dos navios, reforçando o estigma de que o pobre contamina o rico (Matos, 2004).

Essa retórica permitiu que a repressão ao trabalho fosse justificada como uma medida de saúde pública. Buscando normatizar e extinguir essa ocupação feminina pública, o poder público e o capital impulsionaram a difusão das lavanderias a vapor, forçando as lavadeiras a abandonar o domínio público para se tornarem mensalistas ou diaristas nos domicílios dos patrões. A limpeza e a modernização da cidade, sob o pretexto de combater os "miasmas," serviram primariamente para disciplinar o trabalho e o corpo da mulher e garantir a funcionalidade da porta de entrada do capitalismo brasileiro.

Para Rago (2008) o projeto de modernização urbana e o saneamento eram, essencialmente, a tentativa de transpor a sociedade do "Cabaré" para o "Lar". O "Cabaré" representa metaforicamente a desordem urbana, a vida pública, a liberdade corporal, a sexualidade "não controlada" e a sociabilidade coletiva, a rua, o cortiço, o trabalho nas quitandas e lavagens públicas. A mulher, em sua autonomia, era a personificação dessa desordem. O "Lar" é o ideal burguês imposto: o espaço privado, higienizado, moralizado e dedicado à monogamia e à reprodução controlada. O projeto da "cidade disciplinar" visava, portanto, confinar a mulher ao espaço privado, eliminando sua visibilidade e sua autonomia pública.

Sob a ótica do feminismo negro brasileiro, essa ação é entendida como a instrumentalização do racismo e do sexismo para impor um padrão de conduta. Lélia Gonzalez (1984), ao analisar o sexismo na cultura brasileira, expõe como a moralidade burguesa branca tenta anular a presença pública da mulher negra, confinada ao trabalho reprodutivo. O controle sobre as lavadeiras e a exaltação do ideal da casa própria burguesa visavam submeter o corpo da mulher ao controle privado e individualizado do patrão e da moralidade, garantindo que a reprodução da força de trabalho, agora "higienizada" e "moralizada", atendesse estritamente às exigências de disciplina e eficiência do ideal burguês.

Em conclusão, a disciplina imposta pela higienização em Santos encontra sua decifração mais contundente na análise do feminismo negro brasileiro. A tentativa de anular a autonomia das lavadeiras e quitandeiras, demonizando seus corpos e espaços, é interpretada por Lélia Gonzalez (1984) como a manifestação do racismo estrutural e do sexismo inerentes à formação social. O discurso da "promiscuidade" e da "contaminação" não era apenas uma tática para impor a moralidade burguesa

(Rago, 2008), mas um dispositivo para sufocar a cultura de resistência, a sociabilidade coletiva e o modo de vida popular.

CONSIDERAÇÕES

A elaboração do capítulo inicial desta pesquisa configurou-se como uma profunda jornada de investigação e reajuste metodológico, impulsionada pela própria dinâmica do contexto pesquisado. A imersão na realidade do Afroturismo em Santos, marcada pelas interlocuções cruciais com os guias Augusta e Leo, e as reflexões suscitadas pelo Movimento Negro local, evidenciaram a imperatividade de um questionamento radical à historiografia dominante. O alerta sobre a repetição de lógicas racistas e coloniais em narrativas históricas majoritariamente elaboradas por pessoas brancas impôs um desvio ético e conceitual. Essa nova rota de escrita foi confirmada pela insuficiência dos recortes isolados de gênero e raça, o que solidificou a necessidade de adotar uma perspectiva abertamente anticolonial e interseccional como pilar central, visando a desnaturalização das estruturas de poder historicamente estabelecidas.

Este processo de reorientação foi também alimentado por um diálogo prévio com a historiografia feminina, que, ao abordar a intersecção entre gênero e o contexto portuário de Santos, resgatou o papel das mulheres trabalhadoras. As escolhas do referencial teórico, portanto, emergiram da simbiose entre as vivências de campo e as leituras bibliográficas que defendem a necessidade de "decompor a história" oficial e questionar as narrativas impostas. Consequentemente, a pesquisa instituiu como seu alicerce teórico o aporte de intelectuais provenientes do movimento negro, do movimento feminista negro e da teoria interseccional. Tal decisão se revelou não apenas coerente, mas essencial, dado que o foco central do trabalho reside na visibilidade e resgate da história das mulheres trabalhadoras do porto e seus arredores, historicamente invisibilizadas pela narrativa oficial santista.

A confirmação da carência de um olhar interseccional na historiografia do Porto de Santos materializou-se com a análise da bibliografia existente e com a consulta direta aos acervos da Biblioteca Municipal, além do diálogo com o historiador que ali trabalhava. Esta investigação validou a percepção das lacunas que negligenciavam a intersecção de raça e gênero e, por consequência, o resgate das memórias das mulheres trabalhadoras no porto e seu entorno. O que antes poderia ser uma historiografia marginalizada, hoje se ressignifica a partir das demandas do Afroturismo e do Movimento Negro nos espaços urbanos, que reivindicam essa história não

contada. Este movimento de resgate se alinha profundamente com o pensamento de Beatriz Nascimento, que defendeu o resgate da memória e da ancestralidade africana, enfatizando a importância da cosmovisão e da oralidade como ferramentas vitais de resistência e preservação da identidade. Em suma, a pesquisa se posiciona como um instrumento para preencher essa lacuna.

A jornada de construção deste trabalho não foi meramente um exercício acadêmico, mas um compromisso ético e político com a desconstrução das narrativas hegemônicas. A adoção da interseccionalidade como movimento anticolonial e a escolha deliberada de referenciais teóricos oriundos das lutas por equidade e representatividade, particularmente do feminismo negro e do movimento negro, conferiram à pesquisa a base teórica e metodológica necessária para enfrentar a invisibilidade histórica. Assim, este trabalho se firmou no propósito de subverter a história imposta e ofereceu uma contribuição significativa para o reconhecimento e a valorização das vozes e experiências marginalizadas, honrando a urgência de uma escrita histórica mais justa.

A construção da memória histórica no Brasil nunca foi um campo neutro, ao contrário, ela se revela profundamente contaminada pelo racismo estrutural, que não se restringe a atos individuais de preconceito, mas opera como uma força inerente e organizadora das instituições sociais, da economia e, crucialmente, da produção do conhecimento. A historiografia oficial brasileira, ao longo dos séculos, alinhou-se a uma tradição elitista que, como aponta Clóvis Moura (2020), selecionou "os vencedores", geralmente brancos, masculinos e ligados às elites, para figurarem como heróis e agentes centrais do desenvolvimento nacional. Esta seletividade resulta em um contínuo e programático apagamento do protagonismo e das contribuições de populações subalternizadas, particularmente negra.

Essa política de silenciamento se articula diretamente com a manutenção de um modelo econômico e social hierárquico. A invisibilização do povo negro na memória oficial, conforme analisado por Abdias Nascimento (1978), está intrinsecamente ligada à política de incentivo à imigração branca pós-abolição, que visava a um "branqueamento" simbólico e físico da nação, substituindo a mão de obra negra pela europeia e realocando o negro para as margens da sociedade e da história. O resultado é a perpetuação de uma divisão racial do trabalho que destina à população negra os postos mais precários, invisíveis e desvalorizados, um padrão que se reflete de forma categórica nas narrativas hegemônicas sobre o Porto de Santos,

onde o ideal do trabalhador portuário foi artificialmente configurado como masculino e branco.

Conscientemente, este trabalho se recusou a contar a história a partir dos ditos "vencedores," escravocratas e da classe burguesa branca santista. Em vez disso, a lente foi direcionada para a subversão da história oficial, elegendo o Movimento Negro como epicentro da reivindicação de espaços e narrativas. A história da população negra de Santos, portanto, não é aqui tratada em segundo plano da historiografia, mas como essencial para a própria fundação econômica da cidade. A análise demonstrou que a riqueza do ciclo do café, exportado mundialmente, dependia do trabalho exaustivo de mulheres negras e imigrantes, as denominadas "pianistas", que atuavam na separação manual dos grãos, garantindo a qualidade final do produto.

Essa escolha metodológica permitiu dar centralidade a corpos que foram duplamente explorados. Se, por um lado, as mulheres negras eram pilares da economia, trabalhando para sobreviver e sustentar seus lares e maridos, por outro, eram o alvo da disciplina sanitária (Rago, 2008). No entanto, ao invés de aceitar o silenciamento, a investigação, pautada por Maria Izilda S. de Matos e Lélia Gonzalez, revela a agência dessas mulheres: nas quitandas, nas lavagens coletivas no Rio Iitororó e no próprio trabalho repetitivo do café, elas criavam laços de solidariedade e mantinham vivas as tradições. O movimento negro santista, ao resgatar esses espaços e histórias, impulsiona a historiografia a reconhecer o corpo feminino negro não como um objeto passivo de dominação, mas como o território de resistência e o verdadeiro motor da dinâmica cultural, política e econômica de Santos. O desafio agora é garantir que essa nova rota de escrita se consolide, questionando as estruturas e firmando a história da população negra no local que lhe é de direito: o centro da narrativa.

Além disso, é necessário que se coloque em pauta a importância da intersecção de raça e gênero em relação ao trabalho reprodutivo e trabalho doméstico, firmando a discussão da importância das atividades laborais realizadas por mulheres ao redor do cenário portuário santista. Heleieth Saffioti (1997), sustenta-se na tese das categorias de dominação social no Brasil, patriarcado, racismo e capitalismo, propondo que esses sistemas de dominação-exploração, embora historicamente distintos, fundiram-se na formação social brasileira, atuando de maneira simbiótica e inseparável. O capitalismo, sendo o sistema mais jovem, não inventou as opressões

de sexo e raça, mas as funcionalizou e as potencializou, utilizando-as como mecanismos de hierarquização e desvalorização diferencial da força de trabalho

Nessa perspectiva, o trabalho reprodutivo e, em especial, o trabalho doméstico não remunerado, revela-se como o eixo material da opressão feminina. Saffioti (1997) desnaturaliza a esfera privada, expondo o lar como o espaço onde se realiza a regeneração cotidiana da força de trabalho, essencial para a acumulação capitalista, mas cuja atividade é ideologicamente desqualificada e confinada ao domínio feminino. Esta divisão sexual do trabalho não apenas garante a reprodução de um exército de reserva dócil e disponível para o capital, mas também atua como um elemento de fragmentação no interior da própria classe trabalhadora, ao conceder ao homem trabalhador um micro-poder patriarcal no âmbito familiar.

O trabalho de cuidado, quando mercantilizado, é majoritariamente delegado a mulheres negras e pobres, perpetuando uma hierarquia racializada no âmbito da reprodução. Assim, a desvalorização do trabalho de cuidado não é apenas reflexo de uma lógica capitalista abstrata, mas de uma estrutura social que combina o sexismo e o racismo com a exploração de classe.

Portanto, o trabalho das mulheres negras e imigrantes em Santos, seja ele diretamente ligado ao café, como o das catadoras, ou indiretamente ligado, como a lavagem de roupas, trabalho reprodutivo mercantilizado, foi duplamente explorado: primeiro pela classe, e depois pelo patriarcado e racismo que desqualificavam ideologicamente sua atividade. O ataque higienista contra os corpos femininos e os cortiços, ao invés de ser um ato de saúde pública, foi a manifestação da necessidade do capital portuário de controlar e disciplinar o espaço onde se realizava a regeneração cotidiana da força de trabalho. A conclusão deste trabalho é, assim, a de que a prosperidade de Santos foi construída sobre a invisibilidade e a superexploração da mulher, firmando o trabalho de cuidado e reprodução como o pilar material da dominação social e, paradoxalmente, o centro de toda a sua economia.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE DE SANTOS. Santos, SP: Instituto Histórico e Geográfico de Santos, [s.d.]. n. 3. Disponível em: <
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=888230&pasta=a%20196&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em: [16/06/2025].

BENTO, Maria Aparecida Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser: a diversidade como forma de descolonizar a universidade. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS. Movimento Geral de Mercadorias no Porto. Revista das Docas de Santos. [São Paulo]. Editora & Publicidade Roman Ltda. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=890430&pesq=>
Acesso em: 16 jun. 2025.

DE ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes. Fronteiras Transitórias: O processo da ocupação da baixada santista (6000 A.C - 1996). Revista Eletrônica Leopoldianum – A produção do saber, Santos, v.45 n.133, p. 169 – 189. 2021.

DUARTE, Melissa Lima Oliveira Rêgo. Desenvolvimento sustentável da cidade portuária – Porto de Santos. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2006.

FERREIRA, L; Juvêncio, C. H. O esquecimento e a destruição na construção social da memória. Transinformação, v. 37, e2510623, 2025. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202537e2510623>

FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965.

FERREIRA, Marcos Augusto da Silva. Xavier, Luiza. Memórias, Narrativas e Tecnologias Negras da Baixada Santista. XII COPENE. 2022. Disponível em: <
[*Copene - Projeto Procomum Lab Negritudes.pdf](#)> Acesso em: 03/09/2025

FILHO, José Ribeiro de Araújo. Santos, O Pôrto do Café. Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia). Rio de Janeiro. 1969. Série A. Publicação n°24

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. de Roberto Machado. 29. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GONZALEZ, Lélia. De Palmares às escolas de samba, tamos aí. *Mulherio*, São Paulo, ano II, n. 5, p. 3, jan./fev. 1982.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (Org.). *Mulher, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 223-244.

KRENAK, Ailton. Memória não queima. [S.l.]: Dantes, 2023. Disponível em: https://selvagemciclo.com.br/2023/wpcontent/uploads/2023/10/CADERNO72_AILTON_KRENAK.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

LANNA, Ana Lúcia Duarte - Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913. São Paulo/Santos, Hucitec, 1996. (Col. Estudos Históricos)

MATOS, Maria Izilda Santos de. História, memória e cotidiano privado: o feminino e o masculino no porto do café (1890-1930). In: NOVO MILÊNIO: Histórias e Lendas de Santos. Santos, 2004. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0212.htm>. Acesso em: 22 out. 2025.

MOURA, Clóvis. Atritos entre a História, o Conhecimento e o Poder. In: MOURA, Clóvis. *Racismo e luta de classes no Brasil: textos escolhidos de Clóvis Moura*. [S.l.]: Terra Sem Amos, 2020. p. 05-12. Disponível em: 83 <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/11/racismo-e-luta-de-classes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 set. 2025.

MOURA, Clóvis. "Um balanço dos últimos estudos sobre a escravidão e as relações raciais no Brasil". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 239-250, 1998.

MUSEU DO CAFÉ (Santos). *Pianistas de Armazém: Trabalho Feminino na Catação de Café*. Tipo de documento: Exposição virtual. [S.l.]: Google Arts & Culture, 2013. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/museu-do-cafe>. Acesso em: 21 out. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma História feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Organização de: Alex Ratts.

NASCIMENTO, Beatriz. O Quilombo e a diáspora: memórias e ensaios. Organização de Alex Ratts. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

PAUL, Clotilde. Porto de Santos – 120 anos de história. São Paulo. Editora Brasileira e Ministério da Cultura.

O NEGRO da senzala ao soul. 1977. (45 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A&t=548s>. Acesso em: 13 ago. 2023.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. . “Memória e identidade social”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RAGO, Margareth. Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Margareth. Cultura feminina e tradição literária no Brasil (1900-1932). IN: Mulheres em ação. Práticas discursivas, práticas políticas, de Tânia N. Swain e Diva Gotijo Florianópolis: Editora Mulheres, 2005. Disponível http://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos.genero/margareth/RAGO_Margareth_cultura_feminina_e_tradicao_literaria.pdf. Acesso em: 22. Out. 2025.

SAAD, Flavia. De dono da senzala a quilombola: rua de Santos vira exemplo de reparação histórica. Juicy Santos. 2025. Disponível em: < [De dono da senzala a quilombola: rua de Santos vira exemplo de reparação histórica | Juicy Santos](#)> Acesso em: 03 set. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Homem na Contramão: o feminino e o masculino na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

SAMANDI, Elcio Rogerio. PAUL, Clotilde. Porto de Santos – Armada do Mar e Bandeiras na Terra “Bem-vindo ao tapete mágico da história”. 2020. São Paulo. Navegar Editora. ISBN do livro eletrônico: 978-85-912671-0-1. Disponível em: <[PORTO DE SANTOS Armada no mar e Bandeira.pdf](#)> Acesso em: 15 jun. 2025.

SANTOS, Francisco Martins dos. História de Santos. São Vicente, Caudex, 1986, vol. 1 e 2

SANTOS, Samara. São Paulo: imagens, monumentos e a disputa pela memória. PUC – SP. São Paulo. 2023.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Alberto. A municipalidade de Santos perante a Comissão de Saneamento: polêmica com o Dr. Saturnino de Brito Santos, Oficinas Graphics do Bureau Central, 1914.

VICTORINO, Carlos. Santos reminiscência (1875 – 18998). São Paulo, 1904.

VILAS BOAS, S. (2005). Santos: o centro histórico, o porto e a cidade. São Paulo: Audichromo.

WILLIAMS, Sergio. A história do Porto de Santos. Santos, SP: Ed. do Autor, 2024. ISBN 978-65-01-03855-1.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E ICONOGRÁFICAS

CARVALHO, Maria Dias. Acompanhou a mão na catação de café. In: MUSEU DO CAFÉ (Santos). *Pianistas de Armazém: Trabalho Feminino na Catação de Café*. Exposição virtual. [S.l.]: Google Arts & Culture, 2013. Disponível em: [Pianistas de Armazém: Trabalho Feminino na Catação de Café — Google Arts & Culture](#). Acesso em: 21 out. 2025.

FERREIRA, Ayrton de Souza. Começou a trabalhar em uma firma. In: MUSEU DO CAFÉ (Santos). *Pianistas de Armazém: Trabalho Feminino na Catação de Café*. Exposição virtual. [S.l.]: Google Arts & Culture, 2013. Disponível em: [Pianistas de Armazém: Trabalho Feminino na Catação de Café — Google Arts & Culture](#). Acesso em: 21 out. 2025.

Garoa Histórica. As lavadeiras registradas pelas lentes de Guilherme Gaensly, em postal circulado em 1904. São Paulo, 2014. Figura 10. Disponível em: <[GAROA HISTÓRICA: Rio Tamanduateí](#)> Acesso em: 24 out. 2025

Juicy Santos. Foto Travessa Anísio José da Costa. Santos, 2025. Figura 6. Disponível em: <[De dono de senzala a quilombola: rua de Santos vira exemplo de reparação histórica | Juicy Santos](#)> Acesso em: 03 set. 2025

Juicy Santos. O papel esquecido das mulheres no porto de Santos - Lendárias & Portuárias T2. 2025. 1 vídeo (59 min 35 s). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7gjeF3Mr8k>. Acesso em: 22 out. 2025.

Museu do Café. Catadeiras de café trabalhando em armazém. Santos. Figura 8. Disponível: <[Catadeiras de café trabalhando em armazém. - Theodor Preising — Google Arts & Culture](#)> Acesso em: 22 out. 2025

Museu do Café. Matéria no Jornal Correio Paulistano – “Proteção à infância – Nos armazéns de café não devem permanecer menores”. Santos. Figura 9. Disponível: <[Catadeiras de café trabalhando em armazém. - Theodor Preising — Google Arts & Culture](#)> Acesso em: 22 out. 2025

Novo Milênio. Carroceiros na Rua Santo Antônio (do Comércio) em cerca de 1910. Santos, 2012. Figura 3. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos091.htm>. Acesso em: 16 jun. 2025

Novo Milênio. Foto reprodução da A tribuna noticiando a morte de Anísio José da Costa. Santos, 2008. Figura 7. Disponível em: <[Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos: Os quilombos de Santos - Um escravo na Rua da Liberdade \(16-B\)](#)> Acesso em: 03 set. 2025

Novo Milênio. Porto de Santos próximo à Alfândega, em foto de Militão Augusto de Azevedo. Santos, 8 out. 2013. Figura 1. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos086.htm>. Acesso em: 4 Nov. 2025

Novo Milênio. Reprodução parcial da matéria “Quilombo do Jabaquara” do jornal original. Santos, 2008. Figura 5. Disponível em: <[Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos: Os quilombos de Santos \(14\)](#)> Acesso em: 03 set. 2025

Perfect Daily Grind. Weinschenck, o engenheiro chefe da construção do Porto Organizado de Santos e a pedra fundamental da obra. *Perfect Daily Grind*, 17 maio 2022. Figura 2. Disponível em: <https://perfectdailygrind.com/pt/2022/05/17/a-historia-do-porto-de-santos-em-10-imagens/>. Acesso em: 16 jun. 2025

Prefeitura de Santos. Quilombo do Jabaquara. Santos, 2022. Figura 4. Disponível em: <[Santos reconhece quilombos do Pai Felipe e do Jabaquara como patrimônios culturais e históricos | Notícia | Prefeitura de Santos](#)> Acesso em: 03 set. 2025